



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Municipal de Assistência Social
Viaduto do Chá, 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01020-900
Telefone:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP
COMUNICADO - COMAS-SP Nº 277/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, E DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI Nº12.524 DE 01.12.1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº38.877 DE 21.12.1999; COM AS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 27 E INCISOS XI E XIV DO ARTIGO 28 DO SEU REGIMENTO INTERNO, TORNA PÚBLICA A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2023 (TERÇA-FEIRA), DAS 13H00 ÀS 17H00, COM SEGUNDA CHAMADA ÀS 13H30, PRESENCIALMENTE E POR MEIO DE PLATAFORMA DIGITAL E USO DO APLICATIVO TEAMS.

GUSTAVO FELICIO FERREIRA PINTO
PRESIDENTE DO COMAS/SP

ATA Nº 20/2023 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS-SP.

Pauta da plenária do dia 19/09/2023

O presidente do COMAS-SP iniciou a plenária em segunda chamada, às 13h30, solicitando a verificação de quórum, conforme previsto no Comunicado COMAS-SP nº 245/2023, que convocou a presente plenária ordinária.

1. Secretaria Executiva: Verificação de quórum e registro das justificativas.

CONSELHEIROS/AS/ES DA SOCIEDADE CIVIL:

THALITA DE MATOS MIRANDA - VIRTUAL
ANA CAROLINA DA SILVA MANDETTA
SUELI GONÇALVES XAVIER KARANAUSKAS
CAMILA SOUZA DO NASCIMENTO – VIRTUAL
SOLANGE CRISTINA CASTRO SAMPAIO
DARLENE TERZI DOS ANJOS AFONSO CAZARINI – VIRTUAL
MARCELO PANICO
ADRIANA FERREIRA
REGINA CONCEIÇÃO DA PAIXÃO GOMES - VIRTUAL
PATRICIA ALVES COSTA - VIRTUAL

CONSELHEIROS/AS/ES DO PODER PÚBLICO:

GUSTAVO FELICIO FERREIRA PINTO
ISABELA CALIL QUINTINO
BRUNA ELOISA IAROSSI XAVIER CRUZ- VIRTUAL
MARTA DAMACENO – VIRTUAL
SYLMARA ANDREONI VETTORELLO RAMIRES
PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES
SEVERINA EUDOXIA DA SILVA - VIRTUAL

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

KAREN SALES CORREA STEIN
FLÁVIA MARIA DE MOURA REIS
CATIA DE OLIVEIRA BORGES
SUELEN KAREN DA SILVA SANTOS

CONVIDADOS:

ANDRÉ MINIOLI – ASSOCIAÇÃO SPECIALISTERNE
OLGA – DOUTORES DA ALEGRIA
MARIANE – NAISPD NOSSO LAR
LAURENICE – SOC. BENEF. ISRAELITA BRAS. TALMUD THORA
MATHEUS – SMADS
MARIA JULIA – SMADS
MARIA – ESPRO
KLEBER FRANCISCO MARICATO – LEGIÃO DA BOA VONTADE
PROJETO REVIRAR

SECRETARIA EXECUTIVA:

JOSEFA ALVES AMORIM – SECRETÁRIA EXECUTIVA
MÁRCIA DE SOUZA GONÇALVES – EQUIPE TÉCNICA
MAX NICOLA GONÇALVES LUCIO – EQUIPE TÉCNICA
GESSIANE SAYURI NOGUEIRA KUDO – EQUIPE TÉCNICA
MARCELA LUCHETTA BRESSANI – EQUIPE TÉCNICA
THAIS FRAGA – ESTAGIÁRIA
MAYNARE DUARTE SILVA - ESTAGIÁRIA

1.1. Composição da mesa de deliberação

A composição da mesa de deliberação se deu da seguinte maneira, segundo o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo primeiro da Resolução COMAS-SP nº 1961/2023:

COMPOSIÇÃO DA MESA - SOCIEDADE CIVIL	
ORDEM	NOME
1	ANA CAROLINA DA SILVA MANDETTA
2	SUELI GONÇALVES XAVIER KARANAUSKAS
3	SOLANGE CRISTINA CASTRO SAMPAIO
4	MARCELO PANICO
5	ADRIANA FERREIRA

COMPOSIÇÃO DA MESA - PODER PÚBLICO	
ORDEM	NOME
1	GUSTAVO FELICIO FERREIRA PINTO - SMADS - TITULAR
2	ISABELA CALIL QUINTINO - SMADS - SUPLENTE
3	SYLMARA ANDREONI VETTORELLO RAMIRES - SMADS - TITULAR
4	PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES - SMADS - TITULAR

1.2. Leitura e aprovação da PAUTA

Pauta lida e aprovada com inclusões, conforme apontado no item 3 da presente pauta

1.3. Leitura e aprovação da Ata nº 19

Retirada de pauta

2. Pauta

2.1. Relatos do **Conselho Diretor Ampliado – CDA**, reunião ordinária do dia 15/09/2023 (ANEXO I)

Relato lido e aprovado, com a alteração do calendário de reuniões para adaptação a data da audiência pública da SMADS, ficando da seguinte forma:

21/09 – CPP E CFO – DIA TODO – proteção social especial de média complexidade

22/09 – CPP E CFO – MAHÃ – proteção social especial de alta complexidade

22/09 – TARDE – Continuação da audiência pública da SMADS (alteração da Portaria 46/2010)

25/09 – CPP E CFO – MANHÃ – proteção social especial de alta complexidade

2.2. Relato da reunião conjunta e extraordinária da **Comissão de Finanças e Orçamento - CFOe Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP**, do dia 11/09/2023 (ANEXO II) e reunião extraordinária do dia 14/09/2023 (ANEXO III).

Relato lido e aprovado

2.3. Relato da reunião conjunta e extraordinária da **Comissão de Finanças e Orçamento - CFOe Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP** do dia 18/09/2023 (ANEXO IV).

Relato lido e aprovado

Matéria para deliberação:

Resolução de ratificação da proposta de portaria da SMADS, que estabelece fluxos, atribuições, procedimentos e prazos para tramitação de recursos provenientes de emendas parlamentares operacionalizadas pela SMADS.

Resolução aprovada

2.4. Relato da reunião conjunta da **Comissão de Finanças e Orçamento - CFOe Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP**, reunião extraordinária do dia 06/09/2023 (ANEXO V).

Matéria para deliberação:

2.4.1. Emendas Parlamentares:

PROCESSO SEI	ÂMBITO	PARLAMENTAR	VALOR	ORGANIZAÇÃO/ SERVIÇO	DELIBERAÇÃO EM PLENÁRIA
6024.2023/0008922-4	Estadual	Maurici	R\$ 150.000,00	ICIBAP – Instituto Cidadão Participativo	Aprovada
6024.2023/0009064-8	Estadual	Luiz Fernando T. Ferreira	R\$ 200.000,00	Associação Assindes Semig	Aprovada com indicativo de correção para parlamentar Leci Brandão, entretanto, há necessidade de SMADS corrigir a cota do SEI antes da publicação da Resolução pelo COMAS-SP.
6024.2023/0009409-0	Estadual	Luiz Fernando T. Ferreira	R\$ 60.000,00	Soc. Amigos de Bairro Conj. Hab. Jd. Sapopemba	Aprovada
6024.2023/0008918-6	Estadual	Caio França	R\$ 100.000,00	Instituto Gabriel Barreto Sogari	Aprovada
6024.2023/0009406-6	Estadual	Luiz Fernando T. Ferreira	R\$ 150.000,00	Centro Nossa Senhora da Penha - CENHA	Aprovada
6024.2023/0009092-3	Estadual	Marta Costa	R\$ 77.319,00	Associação dos Moradores da Vila Arco Íris - AMAI	Aprovada
6024.2023/0008576-8	Estadual	Paulo Fiorilo	R\$ 150.000,00	Centro de Assistência Social São Patrício - CIAP	Aprovada
6024.2023/0008521-0	Estadual	Delgado Olim	R\$ 96.300,00	Lar da Criança Ninho da Paz	Aprovada
6024.2023/0008814-7	Estadual	Sebastião Santos	R\$ 200.000,00	ABADS – Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social	Aprovada
6024.2023/0009411-2	Municipal	Eli Correa	R\$ 40.000,00	CROPH – Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana	Aprovada
6024.2023/0009698-0	Municipal	Eli Correa	R\$ 5.000,00	CROPH – Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana	Aprovada

2.5. Relato da **Comissão de Relações Interinstitucionais – CRI**, reunião extraordinária do dia 05/09/2023 (ANEXO VI).

Matéria para deliberação:

2.5.1. Retorno de pedido de vistas:

Protocolo	Nome	CNPJ	Data de Entrada no COMAS-SP	Assunto	SAS	Processo SEI	Posicionamentos Técnicos		Encaminhamento da Comissão	Deliberação da plenária
							SAS	Equipe Técnica Secretária Executiva		
1784/2021 Pedido de vistas em 05/09/2023 pela conselheira Solange	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	60.690.419/0001-44	13/12/2021	Solicitação de inscrição de organização	Pinheiros	6024.2021/0012484-0	INDEF	INDEF	Proposta de deferimento da solicitação de inscrição	Aprovada com abstenção da conselheira Solange
Conselheira Solange relata sua análise no pedido vistas e sugere a retirada da pauta para que os pontos pendentes sejam tratados no âmbito da CRI										
1812/2022 Pedido de vistas em 05/09/2023 pela conselheira Solange	Associação Beneficente Tereza Fernandes	18.183.955/0001-97	04/05/2022	Solicitação de Inscrição de organização	Vila Prudente	6024.2022/0003547-5	INDEF	INDEF	Proposta de deferimento da solicitação de inscrição	Aprovada com abstenção da conselheira Solange
Conselheira Solange relata que durante sua análise, foi protocolado pela SAS novo pedido de visita à Organização, datada de 15/09/2023 e, portanto, solicita retirada do ponto de pauta para que a CRI aguarde retorno da nova análise da área.										

2.5.2. Pedidos de inscrição:

Protocolo	Nome	CNPJ	Data de Entrada no COMAS-SP	Assunto	SAS	Processo SEI	Posicionamentos das Equipes Técnicas		Proposta de Encaminhamento da CRI para a Plenária	Deliberação da plenária
							SAS	Secretaria Executiva do COMAS-SP		
1639/2019-SERV	CÁRITAS Diocesana de Campo Limpo - CDCL CCA Nossa Senhora Auxiliadora	64.033.061/0001-38 64.033.061/0080-31	10/10/2019	Solicitação de inscrição de SERVIÇO da organização	Campo Limpo	6024.2019/0008405-5	Indeferimento	Arquivamento do processo por duplicidade	Proposta de arquivamento do processo por duplicidade processual com o mesmo objeto de inscrição (SEI 6024.2022/0009988-0 - solicitação nº1857/2022-SERV)	Arquivada
1717/2020-ORG	Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais - AME	64.917.818/0001-56	03/05/2022	Pedido de reconsideração do indeferimento da solicitação de inscrição de organização	Mooca	6024.2020/0011306-5	Deferimento	Deferimento	Proposta de deferimento do pedido de reconsideração e de deferimento da solicitação de inscrição.	Deferida

2.6. Relato da reunião do **Grupo de Trabalho – GT IN 03** do dia 18/09/2023 (ANEXO VII).

Relato lido e aprovado

3. **Inclusões:** As solicitações de inclusão foram contempladas nos itens 2.3 e 2.6 desta pauta.

4. **Informes:** Não houve.

Nada mais havendo para tratar, a plenária foi encerrada às 17h22 pelo presidente do Conselho e eu, lavro a presente Ata e uma vez lida de achada no conforme, é assinada por mim e pelo presidente do COMAS/SP.

ADRIANA FERREIRA
1ª SECRETÁRIA DO COMAS/SP

GUSTAVO FELICIO FERREIRA PINTO
PRESIDENTE DO COMAS/SP

ANEXO I

RELATO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR AMPLIADO - CDA

Data: 15/09/2023 (sexta-feira)

Período: 9h00 às 12h00

Presentes:

Presidente: GUSTAVO FELICIO FERREIRA PINTO (SMADS) **VICE-PRESIDENTE:** MARCELO PANICO

2ºSECRETÁRIA: PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES(SMADS)

COORDENADORA DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (CPP): SYLMARA ANDREONI VETTORELLO RAMIRES

**COORDENADORA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO) e COORDENADORA DA COMISSÃO DE MONITORAM
CONTROLE DAS DELIBERAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS (CMCDC):** SOLANGE CRISTINA CASTRO SAMPAIO

COORDENADORA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERSTITUCIONAS (COORDENADORA DO GT DENÚNCIAS): JUNA ELOISA
IAROSSI XAVIER CRUZ e

COORDENADORA DA COMISSÃO BOLSA FAMILIA: REGINA CONCEIÇÃO DA PAIXÃO GOMES

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

COORDENADORA DO GT IN 03: FLÁVIA MARIA DE MOURA REIS

1ºSECRETÁRIA: ADRIANA FERREIRA

Equipe da Secretaria Executiva: Josefa Alves Amorim (Secretária Executiva), Gessiane Sayuri Nogueira Kudo, Marcela Luchetta Bressani e Max Nicola Gonçalves Lucio.

DEMANDAS NOVAS:

1. **Data:** 11/09/2023 – e-mail

Assunto: Convite de reunião com a SAS M'Boi Mirim

Descrição: A Supervisão da SAS M'Boi Mirim, encaminha convite ao presidente do COMAS para "apresentar suas atribuições junto as Organizações Sociais deste território. Na oportunidade, orientar quanto as documentações necessárias para a solicitação de inscrição".

A reunião ocorrerá no dia 20/09/2023 das 10h às 12h no CEU Guarapiranga (Estrada da Baronesa, 1120 – Parque Bologne, São Paulo/SP, CEP 04941-175).

Encaminhamento: Confirmar a presença do Gustavo e pautar na reunião da CRI do dia 19/09 para que demais conselheiros que

queiram participar.

2. Data: 12/09/2023

Assunto: Audiência Pública da nova Portaria 46/2010/SMADS

Descrição: Considerando a necessidade de encerrar a audiência pública realizada pela SMADS em 12/09/2023 pelo adiantado da hora, ficou acordado de que SMADS iria tirar nova data para finalizar a audiência pública sobre a alteração da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais e que seria remetido ao Conselho a solicitação de que o colegiado organize nova audiência pública, com proposta de 02 dias e com metodologia sugerida pela plenária.

Informe sobre a reunião conjunta da CPP e CFO do dia 14/09/2023, com avaliação positiva para a metodologia utilizada na reunião, com indicativo para que siga o mesmo fluxo nas audiências públicas que serão realizadas pelo Conselho.

Encaminhamento:

Etapa 1 - Reuniões ampliadas e conjuntas entre CPP e CFO de apresentação da proposta de alteração da Portaria 46. Próximas datas:

- Reunião conjunta CPP e CFO no dia 21/09 será em período integral, tendo a Proteção Social Especial - Média Complexidade como pauta.
- Reunião conjunta CPP e CFO no dia 22/09 será em período integral, tendo a Proteção Social Especial – Alta Complexidade como pauta

Etapa 2 - Audiências públicas do COMAS

- Verificando a possibilidade de realização das audiências públicas para os dias 25 ou 27/09 para tratar da Proteção Social Básica e no dia 29/09 para tratar da Proteção Social Especial.
- Encaminhamento de convite e materiais de apoio ao MP assim que tiver maior definição
- Divulgar a audiência e seu material nas redes sociais do COMAS
- Verificar possibilidade de intérprete de LIBRAS cedido pela SMPED
- Se necessário, será organizado o terceiro dia, conforme andamento e solicitação da audiência pública do dia 29/09.
- Na indisponibilidade de local para realização de terceiro dia de audiência ou falta de espaço que comporte as necessidades do Conselho, será considerado a realização de audiência pública virtual como última alternativa.
- As audiências terão transmissão online pelo canal do YouTube do COMAS.

Considerando que os espaços podem não comportar número suficiente de interessados em acompanhar a audiência pública, conselheira Solange solicita a participação por chat das pessoas que estiverem acompanhando a transmissão. A proposta foi recusada, dada a dimensão da temática e a necessidade de garantir as falas das pessoas que estiverem presencialmente na audiência. Durante a divulgação das audiências, será informado sobre a condição de apenas ouvinte para quem acompanhar a transmissão.

- A relatoria da audiência será registrada em tempo real, com utilização de note book, pela equipe de SMADS, acompanhada de representante do COMAS para apoio e validação.
- Após a realização das audiências, a SMADS terá do dia 02 a 04/10 para sistematização do resultado e envio do documento final ao COMAS

Etapa 3 - Análise do material finalizado

- A matéria será pauta do CDA do dia 06/10, juntamente com as demais demandas que surgirem para a referida reunião
- Plenária extraordinária no dia 10/10 das 9h às 12h, com pauta única a Tipificação Municipal, em formato virtual
- Plenária ordinária no dia 10/10 das 13h às 17h, com pauta única a Tipificação Municipal, em formato virtual

Observações:

- as demandas tratadas no CDA do dia 06/10 que não forem referentes a Tipificação Municipal serão tratadas em plenária extraordinária no dia 18/10, em formato virtual.
- Consultar SMPED sobre a possibilidade de intérprete de libras na plenária que tratará da Tipificação Municipal
- Compartilhar calendário atualizado com conselheiros
- Se ocorrer a audiência online, necessário projeção do cronômetro para melhor organização das falas
- Incluir na pauta do CDA do dia 06/10 a revisão do calendário do COMAS até dezembro

3. Data: 14/09/2023 – 6024.2023/0009888-6

Assunto: CNEAS – Fundação Itaú para Educação e Cultura

Descrição: A Fundação Itaú para Educação e Cultura solicitou consulta CNEAS e foi informada que o sistema não identificou o CNPJ de sua organização, sendo orientada que o CNEAS deve ser registrado para todas as organizações com inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social que executam ofertas socioassistenciais regulamentadas, sendo o cadastro das entidades realizado exclusivamente pelo órgão gestor do município. Diante desta informação, a Fundação solicita formulários e procedimentos necessários para requerimento do CNEAS por organização de assistência social. SMADS/GAB/AT encaminha o processo ao COMAS pela competência.

Em consulta ao banco de tramitação, foi identificado que a Fundação Itaú possui inscrição neste Conselho sob nº 1052/2013-ORG, tendo sua manutenção de 2017 e 2020 deferidas pela Resolução COMAS-SP nº 1906/2022, portanto, com inscrição regular.

Encaminhamento: Remeter processo à SMADS informando da inscrição da OSC e que há indicativo de alteração de endereço pela SAS Jabaquara, havendo necessidade da OSC formalizar a informação junto ao Conselho. Solicitar que o processo seja remetido a CGPAR, responsável pelo cadastro CNEAS.

4. **Data:** 04/09/2023 – 6024.2022/0004209-9

Assunto: Fundação Itaú Social

Descrição: SAS Jabaquara informa que a Fundação Itaú Social não está localizada no território do Jabaquara e informa seu endereço atual.

Encaminhamento: CRI

5. **Data:** 15/09/2023 – e-mail

Assunto: Minuta de portaria da SMADS para normatização de tramitação de emendas parlamentares

Descrição: SMADS/GAB/AT encaminha minuta de Portaria que estabelece fluxos, atribuições, procedimentos e prazos para tramitação de recursos provenientes de emendas parlamentares operacionalizadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS).

Encaminhamento: reunião conjunta entre CFO e CPP que ocorrerá no dia 18/09

DEMANDAS ANTIGAS:

6. **Data:** 11/09/2023 – e-mail

Assunto: Situação dos hotéis cofinanciados para Pop Rua

Descrição: O Conselho Estadual de Assistência Social – CONSEAS encaminhou Ofício nº 11/2023 em 24/02/2023 relatando que o colegiado tomou ciência, em reunião realizada em 01/02/2023, de relatos do Comitê Pop Rua do município de São Paulo em que os hotéis cofinanciados para acolhimento de pessoas em situação de rua apresentariam situações como: falta de água, infestação de insetos, falta de higienização das roupas de banho e cama, falta de limpeza e higienização dos quartos e dos ambientes de uso coletivo, falta de manutenção predial em especial os banheiros e relatos de violência e constrangimentos de funcionários dos hotéis contra as pessoas hospedadas que são atendidas pelo referido cofinanciamento.

O ofício foi pauta do CDA do dia 10/03/2023 que teve como encaminhamento envio de ofício ao CONSEAS (Ofício COMAS/SP nº 31/2023 de 15/03/2023) solicitando maiores detalhes para que subsidiar a resposta deste Conselho. Diante da solicitação, CONSEAS, em seu Ofício nº 11/2023, informa que realizará reunião com o Núcleo Pop Rua do CONSEAS no dia 18/09/2023, às 14h, presencialmente na sede do respectivo Conselho e convida a presidência do COMAS para participar da referida reunião que ocorrerá conjuntamente com o Comitê Pop Rua e a DRADS Capital.

Encaminhamento: Considerando o calendário de reuniões do COMAS e o prazo curto entre o convite e a reunião, não é possível a participação da presidência do COMAS e nem de representante deste Conselho. Informar ao CONSEAS da impossibilidade e solicitar que entre em contato com o COMAS para possibilidade de outras datas, reiterando a solicitação anterior deste Conselho.

7. **Data:** 14/09/2023 – SEI 6024.2023/0009995-5

Assunto: Revisão da Instrução Normativa 03/SMADS

Descrição: SMADS/GAB/CGPAR encaminha minuta da proposta de revisão da IN03/SMADS/2018 para conhecimento e informa que a referida minuta será colocada em Consulta Pública. A coordenação de CGPAR propõe sua participação na reunião do GT da IN03 para diálogo e apresentação da proposta e sugere as datas dos dias 18/09/2023 ou 25/09/2023, conforme disponibilidade do COMAS.

Encaminhamento: GT IN03 – retornar SEI informando que a reunião será no dia 25/09/2023

8. **Data:** 14/09/2023 – SEI 6024.2022/0003557-2

Assunto: PL 135/2022

Descrição: Em 04/05/2022 o CDA, considerando a discussão da PL 135/2022 que dispõe sobre a criação do “Fundo de Assistência e Solidariedade do Município de São Paulo” do Vereador Marcelo Messias (MDB) da qual o Conselho se posicionou contrário a propositura do Vereador, encaminhou Ofício COMAS nº 44/2022 ao Ministério Público. Na ocasião foi tirado encaminhamento para que a cópia do Ofício fosse remetida para a Presidência da Câmara Municipal de São Paulo e ao Gabinete do Prefeito. Sendo solicitado manifestação pela Presidência da Câmara e que o Executivo não sancionasse o PL.

O processo retorna ao ponto do COMAS apenas em 14/9/2023 com manifestação da Assessoria Técnico-Legislativa do Gabinete do Prefeito com a informação de que, por se tratar de discussão tramitada na Câmara Municipal e não encaminhada ao Poder Executivo, não há providências a serem adotadas para o momento.

Encaminhamento: Ciência e arquivamento do processo

9. **Data:** 05/09/2023 – SEI 6024.2023/0007380-8

Assunto: Cadastradores do CAD Único

Descrição: Resposta do Ofício COMAS-SP nº 130/2023 sobre solicitação de informações e providências quanto à contratação de cadastradores do CAD Único. A SMADS/GAB/AT e SMADS/GSUAS/CGB informa que contratação da expansão da prestação de serviços de cadastramento de famílias de baixa renda encontra-se suspenso sem a definição de data exata para retomada, devido à solicitação de suspensão e revisão de informações técnicas do Termo de Referência que serviu de base para o Edital de Licitação.

Encaminhamento: CPBF

INFORMES:

1. **Data:** 11/09/2023 – e-mail

Assunto: Férias da Conselheira Flávia

Descrição: Conselheira Flávia encaminha e-mail informando que entre os dias 11 a 20/09/2023 estará em período de férias e solicita que sua ausência seja justificada nas reuniões do Conselho.

Encaminhamento: Ciência da plenária

2. **Data:** 13/09/2023 – e-mail

Assunto: Preenchimento do sistema PMAS

Descrição: SMADS/GAB/AT encaminha e-mail com lembrete o prazo para preenchimento do sistema PMAS-web.

O preenchimento do sistema PMAS-web é realizado anualmente pela Secretaria Executiva do COMAS, que informa dados como número de organizações inscritas e quem são os conselheiros. O lembrete da SMADS leva em consideração as alterações realizadas no decorrer do ano.

Encaminhamento: Ciência da plenária

3. **Data:** 15/09/2023

Assunto: Informe da COC

Descrição: Atualização dos últimos encaminhamentos da COC como do grupo de whatsapp da delegação

CONSEAS fará plenária no dia 15/09 para tratar de possível alteração de data de realização da 13ª Conferência Estadual de São Paulo em razão do processo licitatório de empresa de infraestrutura. Com isto, o local de realização permanece indefinido, o que impacta na organização do COMAS para iniciar o Termo de Referência com todos os itens necessários para garantir a participação da delegação do município de São Paulo.

Os grupos de whatsapp por segmento, criados para o preenchimento do formulário de delegação, foram encerrados e será criado um único grupo da delegação para facilitar a comunicação.

Encaminhamento: Ciência da plenária

SUGESTÕES: NÃO HÁ.

Presidente: Gustavo Felício Ferreira Pinto

2ª Secretária: Priscila Pereira Alves Scharth Gomes /Secretária Executiva do COMAS

ANEXO II

RELATO REUNIÃO CONJUNTA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - CPP E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

Reunião: Conjunta e Ampliada da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos - CPP e da Comissão de Finanças e Orçamento - CFO.

Dia: 11/09/2023 (quinta-feira) / **Horário:** Das 09:00 às 12:00 horas

Realização: virtual, por meio de aplicativo Teams

Conselheiros Presentes:

Sociedade Civil: Adriana Ferreira (CPP e CFO), Cátia de Oliveira Borges (CPP), Marcelo Panico (CPP e CFO), Solange Cristina Castro Sampaio (CPP e CFO), Regina Conceição da Paixão Gomes (CFO).

Poder Público: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz (CPP e CFO), Gustavo Felício Ferreira Pinto (CPP e CFO), Isabela Calil Quintino (CPP), Kauã Sabino Condenso (CFO), Marta Damaceno (CPP e CFO), Priscila Pereira Alves Scharth Gomes (CPP e CFO), Sylmara Andreoni Vettorello Ramires (CPP e CFO).

Ausências Justificadas:

Sociedade Civil: Cleuma Maria dos Santos Moraes (CPP e CFO), Elaine Pereira Leão (CPP e CFO), Flávia Maria de Moura Reis (CPP), Karen Sales Correa Stein (CPP e CFO).

Poder Público: Isabella Soares dos Santos (CPP e CFO).

Ausências Não Justificadas:

Sociedade Civil: Anna Carolina Da Silva Mandetta (CPP e CFO), Camila Souza do Nascimento (CPP e CFO), Patrícia Alves Costa (CPP), Sergio Luiz Mendes dos Santos (CPP e CFO), Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas (CPP e CFO), Tania Araújo dos Anjos (CPP), Thalita De Matos Miranda (CPP e CFO).

Poder Público: Carolina Custódio Pereira dos Santos (CPP e CFO), Fábio Henrique Salles (CPP), Fátima de Nóbrega Lednik (CPP e CFO), José Carlos Damasceno (CPP e CFO), Rosana Chaves Azevedo (CPP), Severina Eudoxia da Silva (CPP e CFO), Suelen Karen Da Silva Santos (CPP).

Assessoria Técnica (Secretaria Executiva): Marcela Luchetta Bressani, Max Nicola Gonçalves Lúcio, Josefa Alves Amorim, Márcia de Souza Gonçalves.

Convidados: Ana, Ana Paula de Souza, Cláudia dos Santos Ribeiro, Darlene Terzi dos A. A. C., Fátima, Felipe Souza, Fernanda Lanes Aguiar Cezar, Leonardo Spicacci Campos, Mariângela Sant'Anna da Silva, Maria Ines Shigekawa, Micheli Silva, Monalisa Souza, Najila Thomaz de Souza, Nilda Keiko Toyomoto Ito, Regiane, Regina Alves Ribeiro, Rita de Cássia M. de Lima Siqueira, Sueli de Paula Santos, Vanessa Helvécio.

A reunião teve início em segunda chamada às 09h30min, com os presentes conforme lista.

Pauta:

1) Revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais - Portaria 46/SMADS/2010

Objetivo/Justificativa:

Mantida consulta pública da revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais até dia 03/09. Após a consulta pública, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS realizará Audiência Pública no dia 12/09.

Na reunião do CDA de 21/08 ficou acordado que a SMADS enviaria o documento ao COMAS-SP no dia 06/09, antes da audiência pública, e fará uma **apresentação do documento no dia 11/09, em reunião conjunta CPP e CFO** manhã e tarde. A proposta de revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais - Portaria nº46/SMADS/2010, com a minuta da nova Portaria substitutiva, foi encaminhada pela Secretaria ao Conselho no processo SEI nº6024.2023/0009821-5.

Na reunião do CDA de 21/08 ficou acordado a reunião conjunta e ampliada CPP e CFO no dia 14/09, reservada para a apresentação da Proteção Social Básica, e a reunião conjunta e ampliada CPP e CFO no dia 21/09, reservada para a apresentação da Proteção Social Especial, manhã e tarde. E reunião plenária extraordinária no dia 27/09, também em dois períodos.

Relato:

A Coordenadora da CPP, Sylmara, esclarece que na realidade nós tivemos uma consulta pública, que foi a da revisão da tipificação municipal dos serviços socioassistenciais até o dia 03/09. Após essa consulta pública, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS realizou.

Houve um combinado de apresentar para os(as) Conselheiros(as) do COMAS-SP, numa CPP conjunta, sendo de manhã com apresentação da Proteção Social Básica e a tarde com apresentação da Proteção Social Especial. O objetivo do dia de hoje é ter um esclarecimento para os(as) Conselheiros(as). Amanhã, dia 12/09, haverá uma audiência pública. No dia 14/09 haverá conjunta ampliada da CPP e CFO e será novamente apresentada pela CPSB a tipificação da Proteção

Social Básica, a reunião será o dia todo. No dia 21/09 haverá conjunta ampliada da CPP e CFO e será apresentada pela CPSE a tipificação da Proteção Social Especial, a reunião será o dia todo. E teremos uma plenária extraordinária que está marcada para o dia 27/09, também o dia todo, para apresentação na plenária da nova Portaria 46.

Eu gostaria de registrar aqui o amplo processo de participativo em todas as instâncias. Nós tivemos de 2012 para cá um processo em que tivemos várias reuniões. E essas reuniões, elas foram se transformando na nova Portaria 46 à medida que houve a participação durante esses anos, e o que culminou na audiência pública.

A consulta pública que durou até o dia 3 de setembro. Do dia 4 em diante, até o dia 6, a Secretaria não mediu esforços. Gostaria de agradecer aqui ao Secretário que possibilitou essa consulta pública. E a toda equipe do Gabinete, ao Leonardo, Isabel, Gustavo e demais membros da equipe. A nossa Coordenação de Gestão SUAS, que prontamente estava nos assessorando e dando subsídios para que a gente efetivasse essa Portaria 46. Em especial, gostaria de agradecer a toda a equipe da Proteção Social Básica que, minuciosamente, atentou a cada detalhe da consulta pública.

E, neste momento, daremos início à apresentação. Temos aí o Leonardo que fará a apresentação.

Mas, antes disso, eu queria propor com vocês, Solange, se eu poderia conduzir essa reunião com o seu auxílio. Vamos apresentar as propostas da Proteção Social Básica de tipificação. E em seguida a gente abriria para as perguntas. Com o tempo de 2 minutos. Inicialmente a gente daria a palavra aos Conselheiros e ouviria as questões dos(as) Conselheiros(as), já que esse foi o objetivo da reunião de hoje. E, se algum participante ou convidado quiser e tiver questionamento, após os(as) Conselheiros(as), ele terá também voz. E em seguida, após um bloco de 5 questões, nós da Proteção Social Básica prestaremos os esclarecimentos necessários. Pode ser assim?

O técnico Max da Secretaria Executiva consulta se é bloco de 5 inscrições, é isso?

A Coordenadora da CPP, Sylmara, esclarece que sim, e com 2 minutos.

Houve acordo dos presentes com a metodologia proposta para a reunião.

A Coordenadora da CPP, Sylmara, prossegue com a reunião. Ok. Nós vamos nesse processo de esclarecimento, e é fundamental que hoje a gente já esclareça com os(as) Conselheiros(as) todas as suas dúvidas, para que amanhã a gente vai nesse processo de construção coletiva.

Amanhã nós teremos com os serviços, com as organizações sociais e com os trabalhadores da Assistência Social na audiência pública e aí a gente retoma num fórum do COMAS no dia 14/09, com apresentação dos serviços da Proteção Social Básica.

Vocês percebem que a gente estará o tempo todo esclarecendo e construindo junto com vocês essa proposta da Portaria 46. Finalizo e passo a palavra para o Leonardo fazer a apresentação.

O Leonardo da assessoria técnica do gabinete de SMADS deu início na apresentação preparada para este dia.

É, então, como a Sylmara já adiantou, nessa manhã a gente começa apresentando uma visão geral dessa proposta que foi enviada para o COMAS-SP e seguimos com a apresentação da Proteção Social Básica, e daí fazemos uma pausa para o almoço, voltamos para Proteção Social Especial e com o serviço de Pronto Atendimento Social. A ideia hoje é traçar esse panorama geral da proposta. A gente sabe que, evidentemente, ainda não houve tempo para que os(as) Conselheiros(as) de fato lessem os documentos.

A ideia é até mesmo criar essa leitura já aqui, para que vocês já possam começar essa leitura com esse quadro geral do que está sendo proposto nesse momento.

Eu fui uma das pessoas envolvidas na construção aqui das imagens, junto com o grande grupo dos servidores que está na construção dessa revisão normativa.

Bom, a gente então hoje está tratando daquilo que todo mundo chama de Portaria 46, que é a Portaria que em 2010 estabeleceu a Tipificação Municipal de serviços socioassistenciais. Seguindo a tipificação, mas não ficando restrita a Tipificação Nacional. Aí considerando já a trajetória histórica da Assistência Social na Cidade de São Paulo e todas as peculiaridades que a Cidade de São Paulo tem; e que fazem do município de São Paulo, também um município muito particular e muito único nacionalmente. É nesse momento que a gente está discutindo então a revisão dessa Portaria, dessa Tipificação Municipal.

De acabar sendo a base, não a principal Portaria que vai estar no centro da estruturação da rede de serviços socioassistenciais que se tem no município de São Paulo. Hoje ela é acompanhada, nessa estruturação, por quatro outras normativas, uma Portaria que define a referência de custos da rede de serviços socioassistenciais, que é a Portaria 47/SMADS/2010, e três Instruções Normativas, que elas são mais jovens se comparadas a essas duas Portarias (46 e 47/SMADS/2010). A IN 03, que trata da Parceria, tendo como referência legal o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC. A IN 04/2018, que trata da Vigilância Socioassistencial. E a IN 05, que trata da Supervisão Técnica. Então, esse todo, esse conjunto de normativas, vai tratar dessa estrutura geral da rede, e a tipificação é a essência. Não é o que está no centro, no coração dessa estrutura.

Na construção dessa proposta, seria injusto dizer que ela começou agora, porque ela, na verdade, consolida uma construção de mais de uma década da rede socioassistencial. A partir, e desde o momento em que a Portaria 46 foi publicada, já foram se identificando ao longo dos anos, necessidades de adequações, de adaptações, seja para trazer maior clareza para aquilo que estava sendo deferido, seja em resposta a novas demandas da rede socioassistencial, novas demandas sociais, demandas junto a atores do Sistema de Garantia de Direitos - SGD.

A própria Portaria 46, ao longo dos anos, foi sendo acrescida e adaptada, e alterada. Novos serviços foram incorporados a Tipificação Municipal e vários serviços foram adaptados ao longo do tempo.

É nesse ano, em 2023, que se começa, houve alguns esforços nesse período também, no sentido de consolidar novamente a tipificação. Mas isso que a gente

traz hoje, se começa mais ativamente a ser feito nesse ano de 2023, num diálogo, seja nas e entre as áreas técnicas da SMADS, mas também entre essas áreas técnicas e os diversos atores envolvidos na rede socioassistencial, seja da rede direta ou da rede parceira.

Então, a partir desse diálogo se constrói a proposta que foi submetida à consulta pública pela plataforma do Participe +, e daqui a pouco vou falar um pouco melhor dessa consulta e do que veio a partir dela meio simultaneamente, até por conta desse cronograma muito apertado, nas Proteções, as equipes da Proteção Básica e da Proteção Especial foram incorporando, foram analisando essas propostas da consulta pública, incorporando essas propostas de fato na proposta que seria apresentada na quarta-feira.

A proposta foi efetivamente enviada ao COMAS. Então hoje, é onde, nesse momento, a gente traz essa visão geral dessa proposta, e em outras reuniões do Conselho, ela vai ser discutida com mais detalhes. Amanhã, como a Sylmara já adiantou, temos Audiência Pública, que é também mais um momento, mais uma etapa de participação na construção dessa nova Portaria, dada a sua importância e seu impacto na vida e de todos os servidores e trabalhadores, trabalhadores e usuários da rede parceira também.

A estrutura geral dessa proposta, ela é formada por 4 partes, na verdade são 5 porque a gente tem a Portaria propriamente dita. A minuta da Portaria é acompanhada por 4 anexos, a essência dessa Portaria é o anexo 3, que é onde efetivamente está sendo definida a Tipificação Municipal dos serviços. Foi esse anexo 3 que foi submetido à consulta pública.

Todas as outras partes, elas na verdade são documentos auxiliares desse anexo 3 que é a essência. Então, temos na minuta da Portaria o que vai definir quais são os serviços tipificados; também irá mencionar, sem detalhar, quais são os serviços complementares; vai definir uma diretriz geral de acessibilidade nos imóveis; e, definir a responsabilidade pela supervisão, pela gestão de parcerias para os centros de referência. Então ali a gente não tem grandes novidades, basicamente, a relação traz essa estrutura, esse esqueleto geral.

O anexo 1 da Portaria é um caderno síntese que vai falar de modo mais geral dos grandes princípios e da oferta de serviços socioassistenciais. Ele vai falar do trabalho, da segurança, das funções, da Assistência Social. Vai falar das seguranças pensadas pelo SUAS e das aquisições dos usuários, a partir desse quadro. Então, o anexo 1, ele é um anexo que tem caráter muito mais genérico no sentido de que ele não vai tratar especificamente de qualquer serviço, e sim dos princípios gerais de como esses serviços devem se estruturar e o que se espera a partir deles.

O anexo 2 trata das funções e competências nos trabalhadores dos serviços da rede socioassistencial. Então, quando a gente tem no anexo 3 os quadros de recursos humanos, eles sempre vão se basear nessas funções que estão estabelecidas ali no anexo 2.

As alterações que temos nesse anexo 2 é uma diferenciação. De algumas funções que antes eram tratadas da mesma forma na Proteção Básica, na Proteção Especial, terão algumas definições mais claras sobre distintas funções que eram chamadas da mesma forma anteriormente.

Não tem em si qualquer impacto sobre remuneração de trabalhadores. Não é mais do que uma forma de organizar e trazer coerência por uma Portaria. Como eu disse, foi construído ao longo de muitos anos, ela foi muito ajustada ao longo do tempo e esses ajustes nem sempre guardaram muita coerência. É uma forma também de consolidar no anexo 3, e finalmente a gente tem a definição dos serviços que é a essência dessa discussão aqui. No anexo 4, nós trazemos novamente aqueles que são chamados na portaria 46 como serviços complementares.

Muitos serviços complementares que ainda constavam na 46 já não existem mais. Eles foram retirados, foram mantidos aqueles que ainda estão em atividade.

Hoje a portaria 46 já tinha se distanciado bastante daquela original de 2010, no sentido de que ela foi recebendo inclusive novos serviços. E alguns serviços foram modificados. E nem sempre essas inclusões de novos serviços foram feitas de uma forma harmônica.

Se a gente olhar no site, no portal da legislação municipal, a gente vai ver que ela tem em vários aspectos uma aparência de uma norma remendada. É chance de ser efetivamente implementada na nossa rede. Dentre as mudanças que são trazidas na nova proposta, passamos de 09 para 11 tipologias na produção de alta complexidade, passamos de 18 para 23 tipologias.

Os Centros de Referência também são contemplados na portaria 46.

A gente sinaliza também uma norma própria que vai regulamentar a atuação desses Centros de Referências.

A Coordenadora da CPP, Sylmara, dá prosseguimento na pauta passando a palavra para que a equipe da Proteção Social Básica apresente as tipologias.

Então na proteção básica, o serviço de assistência social a família no domicílio, no trabalho social nós apresentamos como alterado, em que pese toda a essência da 46 anterior, ela se manteve, porém, houve uma reescrita desse trabalho.

Ele está escrito da seguinte forma: "o trabalho social realizado deve considerar a singularidade de cada arranjo familiar, bem como as especificidades inerentes a cada etapa do ciclo de vida a ser desenvolvido por meios de ações de busca ativa, acolhida e escuta, visitas domiciliares, elaboração de planos de acompanhamento familiar e a manutenção de prontuários com as orientações e encaminhamentos ao CRAS e a rede socioassistenciais e outras políticas públicas.

Então, como vocês percebem, foi alterado a forma da escrita, mas não a essência do trabalho social que já vem sendo desenvolvido.

Nós temos uma alteração proposta quanto ao público-alvo. Após a publicação da 46, o SASF ele deixa de fazer um atendimento da pessoa com deficiência e a pessoa idosa no domicílio. Isso não quer dizer que o SASF não vai atender a esta pessoa com deficiência e essa pessoa idosa no domicílio inserido no núcleo familiar. Nós vamos ter o olhar do SASF e de todas as diversidades das pessoas inseridas neste núcleo familiar.

O RH do SASF, ele foi mantido porque no ano passado, ano retrasado, nós já fizemos uma alteração que beneficiou os SASFs. Então nós incorporamos todas as horas técnicas para as oficinas, elas estão mantidas.

Nós fizemos alteração das 1.000 famílias referenciadas. Permanecem 270 visitas efetuadas por todos os 8 orientadores socioeducativos. E 200 famílias acompanhadas pela equipe técnica.

Nós alteramos a nomenclatura para toda a nossa rede de proteção básica, de orientador socioeducativo para educador social.

Estão nós estamos criando baseado na tipologia, o serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Na realidade, ele vai ser um serviço referenciado no CRAS, que desenvolve um trabalho social junto a esse público e suas famílias, com vista à garantia de direitos a fim de prevenir o aumento das vulnerabilidades de rupturas de vínculos, situações de risco, exclusão e isolamento, prevê o acompanhamento domiciliar as pessoas.

O trabalho social realizado pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos tem como pilares a defesa e garantia de direitos, participação social e o protagonismo dos usuários. Tem como foco o usuário e suas relações com a família, entendida como lócus privilegiado de proteção social, comunitário, comunidade e território. Para tanto, desenvolve-se a partir de abordagens que tem como enfoque as dimensões individual e coletiva, por meio de acolher escuta.

Atividades de convivência intergeracional, entrevistas, visitas domiciliares e articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, todo o trabalho social dos demais serviços também estão com esta descrição. Então vocês veem que foi alterado o texto, mas não a essência.

O público-alvo do CCI foi mantido na faixa etária anterior. Ela já efetuava esse atendimento, que é de 6 a 14 anos e 11 meses. Porém, desde o GT de 2018, nós percebemos que fazia, se necessário, ter orientadores, volantes, assistente técnicos. Nós inserimos um arte educador de 40 horas, um orientador socioeducativo volante, 2 técnicos sociais de 40 e 30 horas para serviços com mais de 150 vagas. Um assistente técnico de 40 horas para serviços com mais de 240 vagas e um orientador socioeducativo para até 5 crianças e adolescentes com deficiência ou TEA.

A gente incorporou esse orientador para atendimento de até 5 crianças e adolescentes e vamos fazendo múltiplos disso.

Efetuamos também a inserção de 8 horas técnicas para a realização, seja oficinas, nas paradas técnicas do mês, seja para durante as ações de planejamento. Essas horas técnicas são para fortalecer a ação dos trabalhadores junto aos usuários atendidos por esse serviço. É a métrica.

O CCA por mês passa a ser de no mínimo 60 vagas, sendo uma quantidade de múltiplos de 30 vagas.

Nós sugerimos que por ser um serviço intermitente, que o número de crianças e adolescentes pode ser contínuo ou intermitente.

No CJ também houve alteração na faixa etária. Houve uma proposta que perpassa desde o plano decenal, uma redução para no plano decenal, solicitavam a necessidade de uma redução para crianças de 12 anos. Neste momento nós estamos fazendo alteração de adolescentes a partir de 14 anos.

O RH, ele está acrescido de um orientador socioeducativo para até 5 adolescentes com deficiência ou TEA.

Foram estabelecidas as horas técnicas, 8 horas oficinas. Para os serviços com até 90 vagas, nós vamos ter 8 horas oficina para 120 ou 150, 16 horas de oficina para os usuários de 180 a 210 vagas, 24 horas de oficinas para os usuários e 240 vagas ou mais.

No centro de convivência intergeracional está mantido o RH. Nós teremos um técnico especializado para até 5 pessoas com deficiência ou TEA. Vamos ter horas técnicas, 8 horas técnicas para ser utilizada, seja na parada técnica ou em reuniões de planejamento para qualificar é este atendimento.

No CEDESP o trabalho social está alterado na forma de escrita, mas não na sua essência. O público-alvo está mantido. O RH está mantido e as horas técnicas serão inseridas 8 horas técnicas para os dias das paradas técnicas ou de planejamento para qualificar o atendimento destes usuários.

O número de adolescentes e jovens e adultos referência por mês deve ser até 10% superior. Essa capacidade para que a gente possa garantir os padrões de ocupação e considerando as possíveis desistências.

O núcleo de convivência de idosos, em função da tipificação nacional, ele passa a ser a ser denominado centro de convivência da pessoa idosa.

Teremos 8 horas técnicas dentro deste trabalho.

Regina Paixão entende que é um pedido de muito tempo, sabemos dessa necessidade.

Dentro de todos eles, assim atendemos, tem que falar da transição. Acredito que continuamos atendendo até ter os editais.

A Coordenadora Sylmara responde que em relação a esse serviço de atendimento no domicílio, ao idoso e à pessoa com deficiência nós teremos, inicialmente, um por região. Estamos preconizando 32 serviços na cidade, no âmbito das regiões que é das supervisões de assistência sociais.

Da parceria efetuada, colocamos isso mais precisamente para os serviços que são contínuos ou interpolados, porque uma pessoa, um usuário, ele pode participar de 1 dia da semana ou 2 dias da semana, liberando oportunidade de participar nos outros 3 dias para outros usuários.

Eu fico feliz, porque eu acredito que o que foi inserido na audiência, na consulta pública, uma boa parte nós já contemplamos nessa portaria. Gostaria de ressaltar que, apesar de termos 1589 apontamentos em consulta públicas, tivemos em boa parte apontando em todas as tipificações.

Agradeço a confiança que foi colocada na proteção básica durante todo este processo.

A coordenadora da CFO, Solange Sampaio acrescenta que foi uma apresentação muito bem organizada.

Foi muito esperada a alteração dessa portaria.

Encaminhamentos das Comissões: Não houve. Haverá audiência da SMADS no dia 12/09.

Coordenação: Sylmara Andreolli Vettorello Ramires - CPP

Solange Cristina Castro Sampaio - CFO

Relatoria: Adriana Ferreira - CPP

Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz – CFO

Apoio - Marcela L. Bressani da equipe técnica da secretaria executiva

RELATO REUNIÃO CONJUNTA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - CPP E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

Reunião: Conjunta e Ampliada da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos - CPP e da Comissão de Finanças e Orçamento - CFO.

Dia: 11/09/2023 (quinta-feira) / **Horário:** Das 13h30min às 17:00 horas

Realização: virtual, por meio de aplicativo Teams

Conselheiros Presentes:

Sociedade Civil: Cátia de Oliveira Borges (CPP), Cleuma Maria dos Santos Moraes (CPP e CFO), Marcelo Panico (CPP e CFO), Patrícia Alves Costa (CPP), Solange Cristina Castro Sampaio (CPP e CFO), Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas (CPP e CFO), Regina Conceição da Paixão Gomes (CFO).

Poder Público: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz (CPP e CFO), Gustavo Felício Ferreira Pinto (CPP e CFO), Isabela Calil Quintino (CPP), Kauã Sabino Condense (CFO), Marta Damaceno (CPP e CFO), Priscila Pereira Alves Scharth Gomes (CPP e CFO), Suelen Karen Da Silva Santos (CPP), Sylmara Andreoni Vettorello Ramires (CPP e CFO).

Ausências Justificadas:

Sociedade Civil: Elaine Pereira Leão (CPP e CFO), Flávia Maria de Moura Reis (CPP), Karen Sales Correa Stein (CPP e CFO).

Poder Público: Fátima de Nóbrega Lednik (CPP e CFO), Isabella Soares dos Santos (CPP e CFO),

Ausências Não Justificadas:

Sociedade Civil: Adriana Ferreira (CPP e CFO), Anna Carolina Da Silva Mandetta (CPP e CFO), Camila Souza do Nascimento (CPP e CFO), Sergio Luiz Mendes dos Santos (CPP e CFO), Tania Araújo dos Anjos (CPP), Thalita De Matos Miranda (CPP e CFO).

Poder Público: Carolina Custódio Pereira dos Santos (CPP e CFO), Fábio Henrique Salles (CPP), José Carlos Damasceno (CPP e CFO), Rosana Chaves Azevedo (CPP), Severina Eudoxia da Silva (CPP e CFO).

Assessoria Técnica (Secretaria Executiva): Marcela Luchetta Bressani, Max Nicola Gonçalves Lúcio, Josefa Alves Amorim.

Convidados: Alice Aparecida de Alencar, Ana Carolina Mattos Pereira, Beatriz Fernandes, Claudia dos Santos Ribeiro, Darlene Terzi dos A. A. Cazarini, Daniela França da Cunha Santos, Daniela Maria Muniz, Joice Ferreira Amorim, Juliana de Oliveira, Juliana Gadini Finelli, Karina Lakerbai, Maria Ines Shigekawa, Maria Lisabete Santiago, Mariângela Sant'Anna da Silva, Micheli Silva, Monalisa Souza, Nilda Keiko Toyomoto Ito, Patrícia Di Tullio Leão Miranda, Patrícia Lopes Leite de Godoy, Regina Alves Ribeiro, Sidnei Sebastião da Luz, Sueli, Sueli de Paula Santos, Surama Cattarina Bisceglia Pereira, Vanessa Helvécio, Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta.

A reunião teve início em segunda chamada às 14h, com os presentes conforme lista.

Pauta:**1) Revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais - Portaria 46/SMADS/2010****Objetivo/Justificativa:**

Mantida consulta pública da revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais até dia 03/09. Após a consulta pública, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS realizará Audiência Pública no dia 12/09.

Na reunião do CDA de 21/08 ficou acordado que a SMADS enviaria o documento ao COMAS-SP no dia 06/09, antes da audiência pública, e fará uma **apresentação do documento no dia 11/09, em reunião conjunta CPP e CFO** manhã e tarde. A proposta de revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais - Portaria nº46/SMADS/2010, com a minuta da nova Portaria substitutiva, foi encaminhada pela Secretaria ao Conselho no processo SEI nº6024.2023/0009821-5.

Na reunião do CDA de 21/08 ficou acordado a reunião conjunta e ampliada CPP e CFO no dia 14/09, reservada para a apresentação da Proteção Social Básica, e a reunião conjunta e ampliada CPP e CFO no dia 21/09, reservada para a apresentação da Proteção Social Especial, manhã e tarde. E reunião plenária extraordinária no dia 27/09, também em dois períodos.

Relato:

A Coordenadora da CPP, Sylmara, explica que teremos os serviços da proteção especial, apresentado pela Vanessa Helvécio, e após a apresentação abriremos grupos de 05 perguntas de 2 minutos.

Alice Aparecida de Alencar inicia a apresentação.

O serviço de proteção a situações de calamidade pública, emergências, ele foi pensado na nossa realidade de hoje de atendimento às emergências sem um serviço específico e apenas atuando no momento pós acontecimento, sem um acompanhamento. A gente está chamando esse serviço de SPC para simplificar. E ele vai ser referenciado na CPAS, promovendo apoio à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com oferta de alojamento provisório e se for necessário oferecimento de serviços da nossa rede de atendimento, e atenções e provisões materiais conforme as necessidades detectadas.

A atuação do serviço abarca ações no âmbito do gerenciamento de risco, bem como no gerenciamento de desastres, contemplando prevenção e preparação na fase pré emergência, resposta, emergência e recuperação na fase pós emergência. Então, ele foi pensado para trabalhar no antes, nas chuvas de verão, principalmente, mas também nas outras emergências.

É preciso conhecer o território, trabalhar nessa prevenção, construir um plano de antecipação da emergência e de prevenção, de educação à população.

Então, o escopo de atuação são os atendimentos nos desastres de nível 1 e 2, conforme a classificação do manual de decretação de situações de emergência da defesa civil, e os atendimentos nos desastres de nível 3 e 4.

O público-alvo são todas as famílias e indivíduos atingidos por situações de emergência e calamidade na cidade de São Paulo, que tiverem perdas parciais ou totais de moradia.

Passou-se para a apresentação dos serviços da rede da proteção especial.

Vanessa Helvécio inicia a apresentação.

Eu acho que de uma forma geral, queria fazer algumas considerações antes da gente começar, para ficar um pouco mais claro. Algumas coisas que a gente usou como base para construção e requalificação da portaria 46 foi a tipificação nacional, esse parâmetro jurídico, administrativo e legal do Sistema Único de Assistência Social. Apesar de São Paulo ter algumas tipologias específicas, a base foi a NOB RH, partindo do princípio do RH, da execução do trabalho, partindo da tipificação nacional de serviços.

Então, o que a gente altera nestas portarias? Um pouco do que é a base permanece a mesma, segundo as diretrizes do SUAS, mas as especificidades de cada tipologia, para o atendimento social e o trabalho social específico do público.

Pessoas com deficiência intelectual, física, sensorial ou múltipla, com independência e dependência leve para as atividades da vida diária, ou pessoas com transtorno do espectro autismo, apresentando nível de suporte leve, ambos com relatório ou laudo médico contendo diagnóstico ou hipótese diagnóstico da deficiência com condição para o convívio cotidiano em grupo, na faixa etária de 0 a 59 anos e 11 meses ou residentes em acolhimento na subprefeitura do serviço.

Esse é o público-alvo que tem aí algumas alterações, considerando qual é a condição que o serviço da média complexidade da conta de atender no RH. A gente tem um técnico social a cada 40 usuários, garantindo a presença do assistente social na composição.

Um educador social é a cada 10 usuários, um agente operacional de serviços gerais a cada 40 usuários e 2 agentes operacionais de cozinha a partir de 80 vagas. Qualificar o técnico social partindo, inclusive do princípio de abrir para outras profissões que não sejam só a psicologia e o serviço social, mas garantindo que 50% desse quadro seja formado pelas funções base do SUAS, que é assistente social e o psicólogo.

E todos os serviços da proteção especial passam a ter horas técnicas.

O Centro Dia da Pessoa com Deficiência é um serviço que foi feito uma portaria publicada, mas nunca houve abertura do serviço. Ainda assim, a gente nessa revisão percebeu que algumas coisas faltavam. É um serviço que é composto da função de cuidador social, mas a gente não precisa, não pode perder, a diretriz do atendimento da Assistência Social, que é parte da matricialidade da convivência sócio familiar. A gente acrescentou mais 2 educadores sociais.

O Centro de Defesa e Convivência da Mulher, ou CDCM, teve alterações no trabalho social, a gente repetiu praticamente os mesmos textos porque partiu do mesmo princípio. O público-alvo são mulheres trans, não binárias, acima de 18 anos, em situação de violência doméstica e familiar, em vulnerabilidade social e em risco iminente de morte ou não, preferencialmente residentes na região de subprefeitura do serviço ofertado.

O RH, uma dupla de técnicos a cada 40 usuários, seguindo a base da NOB RH, diz um agente operacional a cada 80 usuários, mais um advogado a partir de 120 vagas. O quadro de recursos humanos deve ser formado apenas por mulheres.

O acréscimo de 15 horas técnicas era algo que o serviço não possuía.

O Centro Dia para Pessoa Idosa, passa por alterações para esclarecer qual é o grau de dependência para realização das atividades de vida diária. Então, dentro do público-alvo, não dá para a gente atender um serviço de convivência num Centro Dia da média complexidade, usuários para além do perfil proposto, que é o grau 2 de dependência. Então a gente esclarece, acrescenta isso para que fique claro, inclusive para o acesso de usuários que vem através de outras políticas públicas.

Foi alterado mais um técnico, acrescentando um técnico social com formação em gerontologia ou terapia ocupacional ou pedagogia, dentro das especificidades do SUAS que regulamenta, e outras profissões que acabam ficando aberto para que o serviço possa buscar uma qualificação profissional. Um profissional que tem qualificação, necessariamente, não precisa ser só um assistente social e só um psicólogo. Existem outros profissionais que compõem o RH do SUAS e que podem executar um trabalho de excelentíssima qualidade dentro dos nossos serviços.

A gente agora tem uma mudança, inclusive de nome, deixa de se chamar NPJ, passa a se chamar NPF, Núcleo de Proteção à Famílias e Indivíduos.

Inclui no público-alvo novas configurações de violências e violações de direitos, tais como violência virtual, tráfico de pessoas e trabalho análogo à escravidão.

E o RH se desenha a partir do contexto do que propõe a NOB RH SUAS, que é uma dupla de técnico para cada 40 usuários e mais um advogado a partir de 120 usuários. Passa a ter 15 horas técnicas mês.

É nesse serviço que a gente acrescenta o transporte, entendendo que é uma tipologia que necessita de apoio de veículo para visita domiciliar.

Outra mudança é que o antigo SPVV passa a se chamar Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. O público-alvo são crianças e adolescentes, que vivenciam ou vivenciaram situações de violência, exploração sexual ou tráfico de pessoas, bem como suas respectivas famílias.

Partimos do lugar de um técnico social para cada 15 vagas, não é mais um educador social a partir de 90 vagas e mais um operacional para a capacidade de 120 vagas. O serviço passa a contar com 20 horas oficinas mês, que era algo que ele não possuía, mais 15 horas técnicas.

O Núcleo de Convivência para Criança e Adolescente em situação de rua e na rua é um novo serviço, era projeto que já foi aprovado pelo COMAS. E tem o objetivo de compor os serviços de abordagem, de retaguarda.

Temos o SEAS, com uma mudança bem significativa. A gente passa a ter algumas modalidades diferentes, passa a ter modalidade 1, que é o adulto, modalidade 2, que é criança e adolescente, e a modalidade mista. Na modalidade um teremos territórios com a perspectiva do serviço de 24 horas e outros territórios com a perspectiva do serviço de 14 horas.

Para adultos, modalidade mista 24 horas, tendo o público de atendimento de adulto e de criança e adolescente, dependendo do território. E a modalidade mista 14 horas, que vai atender territórios onde tem aí uma menor expressão de pessoas em situação de rua.

Entendendo as especificidades do trabalhador que faz a abordagem social para a população em situação de rua, a gente cria uma função específica do Município, que é o orientador de abordagem social. Era um profissional que trabalhava 40 horas e passa a ter uma carga horária de 30 horas.

O serviço de Medida Socioeducativa tem o público-alvo mantido.

A nova portaria teve um cuidado na construção de ter um quadro mínimo para garantir a condição e a qualidade do atendimento.

Passou-se para a apresentação do serviço de Família Acolhedora, que teve o público-alvo mantido, o acréscimo de um técnico social. A gente tinha só uma dupla, a gente passa a ter um trio de profissionais e a inclusão de um profissional administrativo, que não tinha.

A Casa Lar teve o público-alvo mantido e foi acrescentado mais um técnico social. Só tinha uma dupla, passa a ter um trio.

O SAICA regular teve o público-alvo mantido e a inclusão de um auxiliar administrativo e mais educadores.

Hoje o SAICA possui um fogueira, ele vai passar a ter 6 por plantão, mais o fogueira.

O serviço especializado de cuidados em saúde, esse serviço teve uma resolução aprovada no COMAS em março.

Ele se mantém na mesma linha, na mesma perspectiva.

A gente cria um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em trajetória de rua e nas ruas. Esse serviço tem uma caracterização de oferecer novos protocolos de atendimento com a finalidade de assegurar atendimento integral a crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de moradia e convivência na perspectiva de garantia de direitos, acesso, políticas públicas e fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida no processo de saída das ruas.

O RH, inclui um técnico especializado de nível superior e de nível médio, que atua como a rede integrada de atendimento, sendo composta pelos outros serviços que já falei anteriormente.

Na República Jovem a gente tem o mesmo público, mantida a mesma capacidade, e a abrangência passa a ser municipal, ela era regional.

O RH tem inclusão de mais um técnico social novamente, criando assim um trio de técnicos.

Nos serviços de acolhimento da população adulta, a gente cria o Centro de Acolhida Especializado para Pessoas LGBTQIA+. O que a gente tem hoje é serviço para a Mulher Trans, serviço para Homens Trans, enfim, e a gente cria dentro desta categoria o serviço que pode atender todas essas letrinhas e todas essas demandas. Importante colocar, que a gente vai fazer isso com os serviços de imigrante, porque hoje a gente tem Centro de Acolhida Especial, e aí você vai fazendo recortes, mas quando você não tem um público-alvo especificamente definido em algum momento, você acaba partindo do genérico para o individual. E a ideia é que a gente não parta do genético, a gente já parta do público específico.

A Casa de Passagem para a Mulher Vítima também foi serviço aprovado em resolução publicada pelo COMAS. Não houve praticamente nenhuma alteração. A única coisa que foi levada em consideração da última resolução foi acréscimo da equipe noturna, que é o mesmo desenho que Direitos Humanos possui hoje.

O Centro de Acolhida para Mulheres Vítimas de Violência é um serviço sigiloso. A gente tem público-alvo mantido.

Houve alteração da equipe técnica, que passa de 01 técnico para 03 técnicos, que é o trio de educador social. Acréscimo do agente operacional de serviços gerais e cozinha, que não existia. E o quadro de recursos humanos que deve ser formado apenas por mulheres.

No Centro de Acolhida Especializado para Mulheres a gente tem a equipe técnica, uma dupla para cada 30 usuários. E acréscimo do operacional noturno que não compunha o quadro.

A proposta de que o quadro de RH deve ser composto e formado apenas por mulheres, a criação de 15 horas técnicas e à criação de horas oficinas nos serviços de acolhimento.

No Centro de Acolhida Especializado para Gestantes e Puérperas que foi aprovado em resolução pelo COMAS, não houve nenhuma alteração.

No Centro de Acolhida Especializado para a Família o público-alvo foi mantido.

A alteração da equipe técnica passa para uma dupla de técnicos a cada 40 usuários, o educador social 2 passa para 12:36, e houve acréscimo de agente operacional de serviços gerais e de cozinha, assim como agente operacional noturno, e acréscimo de um técnico gestor de casos.

O Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência era a antiga Residência Inclusiva. O público-alvo foi mantido.

Houve alteração do quadro de técnico, que passa de 3 para 5.

Temos a Casa de Passagem para Imigrantes, que é um novo serviço com o objetivo de qualificar o atendimento, evitando em alguns momentos, o acolhimento desnecessário.

O Centro de Acolhida Especializado para Imigrantes ele já existe, passa a ser um novo serviço, e passa a ser formalizado e a contar com um RH especializado.

O Serviço de Acolhimento Institucional Provisório, Casa de Passagem, é um serviço nacional. Na cidade de São Paulo nunca teve, e o que a gente está propondo é um novo desenho de acolhimento emergencial e provisório pelo período de até 90 dias.

A República Adulto passa a ter 3 técnicos.

O Centro de Acolhida para Pessoas em Situação de Rua passa a ter a equipe técnica com 3 técnicos. O educador social passa 12 por 36, há acréscimo de agente operacional de serviços gerais e cozinha, em especial noturno, e passa a ter uma dupla de técnica a cada 40 usuários.

O Centro de Acolhida para Inserção Produtiva é um novo serviço que passa a ser formalizado.

Muda o número de equipe técnica, o educador social.

O Centro de Acolhida vai ter 24 horas e 18 horas.

O Centro de Acolhida com Inserção Produtiva para Adultos em situação de rua é um serviço que já existe. Acho que uns 2 na cidade ou apenas um, se eu não me recordo.

É o serviço que oferta acolhimento provisório de até 6 meses, com trabalho socioeducativo voltando a aquisição de conhecimentos e habilidades para ingressos e recepção no Mundo de Trabalho, bem como desenvolver atividades de geração de renda.

República para Idosos está tipificada na 46, mas nunca foi aberta. A perspectiva é que ela vem aí.

Ela traz a inclusão de um terceiro técnico, a inclusão de um agente operacional por casa.

O Centro de Acolhida para Pessoa Idosa é parecido com a ILPI.

Cuidadores sociais foram incluídos no serviço, que era algo que não possuía.

Encerrada a apresentação foi aberta para dúvidas e a equipe da especial pode esclarecer.

A Coordenadora da CPP, Sylmara, entende que da forma que foi apresentado e que a Secretaria optou para efetuar a apresentação das alterações de cada serviço, minimizou um pouco as dúvidas. Sabemos que temos a 47, sabemos que tudo o que foi inserido na 46 já está inserido na PLOAS. Agradece a presença de todos. Amanhã nos vemos na audiência pública, apresentaremos lá as tipologias.

Encaminhamentos das Comissões: Não houve.

Haverá audiência da SMADS no dia 12/09.

Coordenação: Sylmara Andreolli Vettorello Ramires - CPP

Solange Cristina Castro Sampaio - CFO

Relatoria: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz - CFO

Apoio - Marcela L. Bressani da equipe técnica da secretaria executiva

ANEXO III

RELATO REUNIÃO CONJUNTA

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - CPP E

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

Reunião: Conjunta e Ampliada da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos - CPP e da Comissão de Finanças e Orçamento - CFO.

Dia: 14/09/2023 (quinta-feira) / **Horário:** Das 09:00 às 12:00 horas

Realização: virtual, por meio de aplicativo Teams

Conselheiros Presentes:

Sociedade Civil: Camila Souza do Nascimento (CPP e CFO), Cátia de Oliveira Borges (CPP), Cleuma Maria dos Santos Moraes (CPP e CFO), Marcelo Panico (CPP e CFO), Patrícia Alves Costa (CPP), Regina Conceição da Paixão Gomes (CFO), Solange Cristina Castro Sampaio (CPP e CFO).

Poder Público: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz (CPP e CFO), Gustavo Felício Ferreira Pinto (CPP e CFO), Isabela Calil Quintino (CPP), Kauã Sabino Condenso (CFO), Marta Damaceno (CPP e CFO), Priscila Pereira Alves Scharth Gomes (CPP e CFO), Sylmara Andreoni Vettorello Ramires (CPP e CFO).

Ausências Justificadas:

Sociedade Civil: Anna Carolina Da Silva Mandetta (CPP e CFO), Elaine Pereira Leão (CPP e CFO), Flávia Maria de Moura Reis (CPP), Karen Sales Correa Stein (CPP e CFO).

Poder Público: Fátima de Nóbrega Lednik (CPP e CFO), Isabella Soares dos Santos (CPP e CFO), Rosana Chaves Azevedo (CPP).

Ausências Não Justificadas:

Sociedade Civil: Adriana Ferreira (CPP e CFO), Sergio Luiz Mendes dos Santos (CPP e CFO), Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas (CPP e CFO), Tania Araújo dos Anjos (CPP), Thalita De Matos Miranda (CPP e CFO).

Poder Público: Carolina Custódio Pereira dos Santos (CPP e CFO), Fábio Henrique Salles (CPP), José Carlos Damasceno (CPP e CFO), Severina Eudoxia da Silva (CPP e CFO), Suelen Karen Da Silva Santos (CPP).

Assessoria Técnica (Secretaria Executiva): Marcela Luchetta Bressani, Max Nicola Gonçalves Lúcio, Márcia de Souza Gonçalves, Gessiane Sayuri Nogueira Kudo, Josefa Alves Amorim.

Convidados: Ana, Andrea - SASF DMG, Andreia Garcia, Aparecida, Beatriz Fernandes Santos, Carmem - NCI Girassol, Caroline Cassum, CCA Vila Paulista, Cida, Claudia Roziane Cirillo Silva, Daiana - NCI Gaia, Daniel Conti, Débora Cristina Ribeiro Domingos Pantani, Deborah Tonetti, Elaine, Fernanda Lanes Aguiar Cezar, Geraldo Brito, Gerusael PT Taboão da Serra - SP, Janaina Aparecida Moura de Moraes Campos, Jéssica Figliuolo, Louise, Luciana Gouvea Rodrigues, Maíra Renata Alves, Maria Inês Shigekawa, Mariângela Sant'anna da Silva, Marisa Gerente - NCI Tereza Bugolim, Micheli - CPSB, Monalisa Souza, NCI Dandara, NCI Jd. Miriam, Neide Germann, Nilda Keiko Toyomoto Ito, Patrícia, Raoni Pereira Jerônimo, Rita de Cássia M. de Lima Siqueira, Rosi Andrade, Rosimere Cardoso dos Santos, Samira Alves Aun, SASF DMG, Sueli de Paula Santos, Sueli Salles - CRAS Vila Andrade, Talita Siqueira, Tamires Carvalho.

A reunião teve início em segunda chamada às 09h30min, com os presentes conforme lista.

Pauta:

1) Revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais - Portaria 46/SMADS/2010

Objetivo/Justificativa:

Mantida consulta pública da revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais até dia 03/09. Após a consulta pública, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS realizou Audiência Pública, no dia 12/09.

Na reunião do CDA de 21/08 ficou acordado que a SMADS enviaria o documento ao COMAS-SP no dia 06/09, antes da audiência pública, e fará uma apresentação do documento no dia 11/09, em reunião conjunta CPP e CFO, manhã e tarde.

Na reunião do CDA de 21/08 ficou acordado **reunião conjunta e ampliada CPP e CFO no dia 14/09, reservada para a apresentação da Proteção Social Básica** e a reunião conjunta e ampliada CPP e CFO no dia 21/09, reservada para a apresentação da Proteção Social Especial, manhã e tarde. E reunião plenária extraordinária no dia 27/09, também em dois períodos.

Relato:

A coordenadora da CPP, Sylmara, esclarece que hoje nós vamos ter na nossa pauta do dia a apresentação da revisão da tipificação municipal dos serviços socioassistenciais da Portaria 46/SMADS/2010. Hoje a Secretaria apresentará os serviços e as alterações dos serviços previstas com base no que foi encaminhado por COMAS e também estaremos aqui apresentando o resultado da consulta pública.

Eu queria traçar com vocês, pactuar com vocês a metodologia que será utilizada, como todos sabem, tivemos uma audiência pela SMADS, a Secretaria proporcionou uma audiência e o tempo foi extremamente exímio e curto para a Proteção Social Básica e hoje nós teremos o dia inteiro de CPP e CFO.

Então nós temos hoje oito serviços a serem apresentados nestas oito horas de reunião conjunta das Comissões.

Nós temos a nossa proposta inicial de que a equipe da Proteção Social Básica efetue a apresentação por tipologia, apresentando a minuta do que foi encaminhada ao COMAS com as alterações e justificativas das rejeições de cada tipologia.

Após cada apresentação de tipologia abrimos para as manifestações, no máximo 05 falas e a equipe tenta contribuir para responder. Eu só gostaria de dizer que nessas 8 horas que teremos de reunião hoje para a gente tentar fazer o exercício de ser o mais objetivo possível nas questões.

E quero pactuar que para assim que passou uma tipologia, que gente não retoma na tipologia seguinte a tipologia anterior. Porque aí a gente vai esclarecendo a tipologia do momento, as dúvidas da tipologia a cada apresentação.

E no período da tarde, a gente não retoma as tipologias da manhã, nós daremos continuidade às demais tipologias que não foram apresentadas. Podemos seguir assim?

É sabido também que haverá uma possibilidade de uma discussão técnica do COMAS para uma nova audiência pública, no qual estaremos novamente apresentando. Assim é de suma importância que os conselheiros do COMAS já se apropriem desse processo e de como foi a construção de todo esse processo.

A Coordenadora da CFO, Solange, ressalta que a Sylmara colocou o ponto da questão que foi solicitada na audiência pública, e acrescenta que nós do Conselho, e nós enquanto sociedade civil, entendemos a necessidade de fazer esse debate um pouco mais. De uma forma menos corrida, dado que são muitas tipologias da Proteção Básica e da Proteção Especial de média e de alta complexidade. A gente vê que tem vários serviços e vários outros que estão na proposta para serem criados.

Vimos que fazer um dia para o debate de todos esses não é suficiente. Isso ficou muito explícito lá na audiência.

Por mais que as pessoas tentaram e se esforçaram para dar conta de falar e para ter as respostas, não foi suficiente. Então, pensando nisso, eu entendo que é fundamental essa continuidade da audiência pública pelo Conselho. E já levar em consideração essa questão de que a gente teve problema nas apresentações por falta de tempo, talvez pensar em não em um dia, mas em dois dias, sendo pelo menos um dia com a Proteção Básica.

A Coordenadora Sylmara acrescenta que talvez a gente possa pensar até em três dias, se a gente tiver tempo.

A Coordenadora Solange entende que fazer um outro dia para a Proteção Especial, porque é muito complexo e são muitas tipologias.

Um outro ponto importante é que foi solicitado para que nós socializemos o documento consolidado, porque isso não foi realizado. Isso também foi um questionamento feito lá na audiência.

As pessoas não estavam de posse do documento para poder fazer a leitura com antecedência e se prepararem para o debate com qualidade.

A Coordenadora Sylmara refleti que, dado o número de horas que teremos hoje e as possíveis audiências públicas que ainda teremos, socializando os documentos e apresentando, é possível ter a visão do que foi feito pela SMADS. Infelizmente na audiência de terça-feira, no âmbito da Proteção Básica, nós tínhamos todas as apresentações que vamos fazer aqui para vocês hoje, mas dado o tempo a gente não conseguiu passar.

A Conselheira Regina compreende como um avanço de que todos já estamos entendendo aqui, antes do Conselho Diretor Ampliado, que a gente vai fazer as audiências.

Acho que é até interessante socializar o documento mesmo, porque já vai diminuindo a angústia do pessoal. Mas, como tem essa possibilidade de conversar com grupos, a gente olha o documento e depois só vai acrescentar o que for de proposta nova num outro momento. Acho que a gente tem que pensar na dinâmica de apresentação de tudo isso depois.

A Coordenadora Sylmara confirma que existe a possibilidade também da gente conversar com os coletivos.

Então, a partir de amanhã, os coletivos podem entrar em contato conosco para a gente agendar as reuniões aqui na Secretaria.

Na realidade, as conversas serão sobre esclarecimentos que temos hoje frente às aceitações e rejeições.

Assim, passou-se para o início da apresentação. A Coordenadora Sylmara retoma a metodologia de que a equipe da Básica fará a apresentação de quatro serviços no período da manhã, que serão o serviço no domicílio para pessoas idosas e para pessoas com deficiência e o serviço de SASF. E no período da tarde a equipe apresenta outros quatro serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Eu gostaria de esclarecer que nós estamos aqui com a Portaria 46 e que a Portaria 47 será tratada num segundo momento, após a Portaria 46 ser validada no COMAS. Ela está sendo construída e depois será apresentada também no COMAS, com os esclarecimentos devidos.

A Coordenadora Solange acrescenta que a Sylmara tirou com a sua explicação um pouco do que foi a angústia das pessoas sobre a Portaria 47. De não ter essa Portaria 47. Acho que é importante socializar o documento que chegou naquela planilha. Porque para chegar nos valores do piloto, eu acredito que tenha sido feito um estudo. E aí seria importante o Conselho ter minimamente esse documento do estudo feito, já que ainda não está pronta a minuta da Portaria 47.

O Presidente do Conselho, Gustavo, solicita a inclusão e o registro na pauta de que ontem lá em Roraima, em Boa Vista, faleceu num acidente uma trabalhadora do SUAS que estava em missão pelo MDS.

A gente está vendo a manifestação de diversos órgãos do Sistema Único de Assistência Social.

O nome dela é Danielle Nogueira Milani, tinha 39 anos, e atuava na operação acolhida lá em Roraima, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e outras entidades.

Essa pessoa é de uma organização que presta serviços para a gente também aqui no âmbito da Prefeitura.

Então, só deixar esse registro aqui.

E quero colocar para apreciação desse Conselho, se nós podemos depois emitir uma nota de pesar pelo falecimento da nossa companheira.

Aceita a proposta, será levada ao CDA para encaminhamento.

A Coordenadora Sylmara prossegue com a pauta e lembra que nós também iremos estar apresentando, conforme a Portaria preconiza, como será o processo de consolidação desta 46 e de implementação da 46.

Então, nós vamos apresentar a proposta, apresentaremos como está. Será a proposta de transição que será para todos os serviços. É o mesmo texto. E apresentaremos o artigo 12, onde tivemos várias questões de acessibilidade que serão tratadas nas tipologias.

Sueli de Paula Santos da equipe técnica da Proteção Básica iniciou com a apresentação do SASF no anexo III.

Nós tivemos um total de 126 propostas. Destas propostas, 63 foram desconsideradas e quando chegar aqui nesse item, a gente vai dizer, porque que elas foram desconsideradas.

04 propostas foram colocadas em análise, 01 proposta foi acolhida integralmente, 15 propostas foram parcialmente acolhidas e 43 propostas foram rejeitadas. Aqui a primeira solicitação era substituir o termo busca atuar por de menos agravos, e essa solicitação não foi aceita totalmente porque nós entendemos que um dos objetivos do SASF é justamente no trabalho social com as famílias e diminuir aquelas situações agravantes de vulnerabilidade.

Nós tínhamos colocado que era responder pelas vulnerabilidades e riscos sociais, e nós entendemos que, de fato, é um serviço que atua em complementaridade nas articulações de rede. Não responde sozinho para poder diminuir essas vulnerabilidades, mas ele vai atuar no sentido de diminuir e de minimizar as vulnerabilidades. Então nós acolhemos aqui a sugestão de alterar o texto para minimizar e não responder pelas vulnerabilidades.

Seguindo aqui em relação ao público alvo e condições de acesso, foi solicitado aqui que usasse mantivesse no seu escopo, o trabalho é de acompanhamento domiciliar às pessoas idosas e as pessoas com deficiência. Então aqui essa proposta ela foi recusada.

Em relação a manter esse público, nós estamos justamente propondo uma nova tipologia de serviço, que tem esse enfoque específico de realizar o acompanhamento no domicílio ao público de pessoas idosas e pessoas com deficiência.

É importante a gente deixar bem informado que o serviço mantém um acompanhamento a esse público de pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenha condições de participar das atividades presenciais. Então, ele não está excluindo esse público. Ele só está voltando às suas ações para aquele público que possa fazer as atividades de convivência coletivas no próprio serviço.

Tinha uma sugestão que no texto colocássemos no último objetivo que é promover o acesso aos serviços setoriais por meio da articulação com outras políticas públicas, como educação e saúde, contribuindo para a garantia de direitos. A sugestão era que a gente inserisse dentre outras políticas, ampliando o leque de articulação não só no campo da educação e saúde, mas em outras políticas que estão ali no território.

Essa sugestão foi acolhida integralmente.

Em relação a lanche, aumento de recursos para lanche, item alimentação e o lanche para as atividades, todas essas questão e outras que surgiram relacionadas à lanche, a questão do vale transporte e a questão de alimentação para funcionários, nós deixamos elas como rejeitadas nesse momento, entendendo que essa portaria 46 vai delimitar as ofertas, o público, a estrutura, o RH e a métrica do serviço e a portaria 47 ela vai dar conta de analisar e discutir e ver os custos do serviço.

Em relação a recursos humanos, foi solicitado na consulta a inclusão do profissional.

O assistente social é um profissional que está previsto no serviço, isso não mexe. Ele vai estar em todos os SASFs. Agora, em relação aos demais profissionais de formação de psicologia ou pedagogia, o serviço poderá analisar e considerar a necessidade de contratar 2 psicólogos ou 2 pedagogos.

Entendemos que são formações que estão dentro da NOB RH.

E o que está previsto na NOB RH poderá ser contratado sim.

Em relação aos agentes operacionais, essa é uma questão que surgiu bastante na consulta pública.

Em relação ao profissional de cozinha, em alguns momentos, inclusive, houve a solicitação de um cozinheiro.

E aqui a gente vem reforçar que ele é um serviço que não prevê alimentação, ele prevê o lanche.

Então, nesse sentido, ele não prevê a contratação de um cozinheiro, mas a gente acolheu e aceitou a sugestão de colocar no quadro de RH, um agente operacional para cozinha, que é o profissional que vai fazer a manipulação de alimentos.

O educador social trocou o nome, a sugestão é alterar a nomenclatura de orientador socioeducativo para educador social.

Em relação as horas técnicas, a gente teve uma sugestão de redução de horas técnicas.

Ele foi o primeiro serviço da Proteção Social Básica a conquistar as horas técnicas para Proteção Básica.

Foi uma grande vitória ter conquistado a possibilidade do serviço ter horas técnicas para qualificar o trabalho dos profissionais no sentido de poder ter momentos formativos.

Essa proposta foi rejeitada integralmente porque nós entendemos que as horas técnicas são fundamentais.

A Conselheira Patrícia se manifesta que uma das questões apresentadas e foi dito que será contemplada na Portaria 47, é a questão de almoço do trabalhador. A questão estrutural, do cotidiano do trabalhador dentro do serviço.

E o que a gente percebe é que muitas vezes a gente acaba tendo um foco diretamente na população atendida e acaba não tendo um olhar para os trabalhadores da Assistência, então essa questão de não ter um respaldo dentro da portaria para a questão da alimentação dos trabalhadores é um problema muito grave.

A gente fica sem esse respaldo para os trabalhadores, então pensar em como que a gente conseguiria contemplar essa questão dentro da portaria 46.

Se a gente não conseguiria respaldar no vale refeição ou vale alimentação.

A Convidada Andrea do SASF DMG traz algumas dúvidas sobre o serviço.

A primeira com relação a não ser mais considerado público BPC, e isso causou bastante preocupação.

Acompanhando a sua apresentação, entendi que as pessoas que têm condições de ir até o serviço continuam.

Só que eu fiquei em dúvida, porque é posto que vai acompanhar beneficiários de Programas de Transferência de Renda, e para mim, não está claro porque isso pode causar inclusive uma duplicidade de atendimento.

E outra questão seria sobre o Programa Criança Feliz, que saiu uma Resolução agora em agosto, que prevê que o Programa Criança Feliz vai ser acompanhado pelo Serviço de Proteção no Domicílio.

A Coordenadora Sylmara responde inicialmente sobre a Portaria 47. Acho importante a fala do Gustavo em seguida a minha porque acredito que ele tenha informações sobre isso.

Em relação ao atendimento dos idosos, a gente tem que lembrar que neste momento nós temos a listagem dos SASFs. O programa no domicílio também receberá essa listagem.

E fica para nós garantir a continuidade sobre os benefícios de transferência de renda, e a possibilidade de inserção dessa família dos benefícios de transferência de renda quanto aos critérios do domicílio.

Quanto ao Programa Criança Feliz ele está sendo analisado pelo Ministério e será efetuado até março.

Neste momento, enquanto as regras de transição não forem aplicadas, nós estaremos atendendo a essas crianças dentro das famílias que estão inseridas.

Nesse momento a gente pode passar para nossa segunda tipologia do dia, que é o CCI - Centro de Convivência para Pessoas Idosas.

Rita de Cassia M. de Lima Siqueira inicia a apresentação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas, tipologia do Centro de Convivência para Pessoas Idosas - CCI.

Nós tivemos mudança já no nome, de NCI para CCI, para alinhar com a legislação federal.

Nós tivemos 130 questões.

Dos 130, nós tivemos 67 propostas desconsideradas, sendo que 02 estavam em branco e 06 com comentários sem propostas. E 58 foram repetidas e já foram analisadas. E 28 propostas nós aproveitamos as considerações.

Uma questão é que foi solicitado que não tivesse a palavra intermitente. Ele já era intermitente.

O objetivo é que tenhamos mais idosos participando dessas atividades.

A caracterização então do serviço foi alterada na questão da vulnerabilidade relacional.

O coletivo solicitou que nós substituíssemos territorialmente referenciados por preferencialmente referenciados, e nós acatamos.

A proposta em relação ao público alvo, uma das mudanças que nós tivemos foi a questão da ruptura de vínculos e substituído por fragiliza vínculos, porque isso estava muito mais para a Proteção Especial.

O texto amplia antes de explicar a situação de rua. E eu vou explicar por que nós mudamos, tiramos vítima de abuso ou exploração sexual e colocamos por diversas violências ou negligência, porque ele amplia a questão das diversas violências e explorações que nós temos em situação de rua.

A outra questão é que entrou acolhida, escuta, no trabalho social.

A questão da acessibilidade, ela está ligada conforme parâmetros estabelecidos pela SMADS. E eu trouxe aqui para vocês o artigo 12. Dentro da minuta da portaria no anexo 2, fala em conformidade com a Lei nº12.907 de 2008, e atualizada pela Lei Estadual nº14.467 de 2011, para possuir uma rota acessível e livre de barreiras arquitetônicas e obstáculos. Vou ler: "O imóvel deverá ter os seguintes ambientes acessíveis: primeiro, ao menos um banheiro acessível; refeitório; pelo menos uma sala de uso coletivo para atividades convivência, atendimentos a grupos.

Item 4, pelo menos uma sala de atendimento individual no serviço de acolhimento; pelo menos um dormitório acessível; nas áreas de estacionamento e garagem, pelo menos uma vaga reservada para pessoas com mobilidade reduzida, próximo aos acessos de circulação de pedestres e devidamente sinalizado.".

Esse artigo 12 ele vai ser para toda a nossa rede. Tanto da Proteção Básica, quanto da Proteção Especial.

Na questão dos recursos humanos, nós tivemos mudança na questão do gerente de serviço, ele teve uma mudança na organização da nomenclatura do cargo, que será gerente de serviço PSB e gerente de serviço PS.

Mas o salário? Não, não houve alteração.

O auxiliar administrativo ele continua para os serviços de 120 vagas.

O técnico social foi uma proposta aceita pelo coletivo.

O técnico Max da secretaria executiva faz a leitura das manifestações do chat.

A Luciana do NCI Dandara solicita sobre a questão do atendimento da pessoa idosa em situação de rua, se poderia retomar a justificativa da permanência.

A coordenadora Sylmara responde que no CREAS ou no CRAS, a gente já atende esse público. Já existem pessoas que estão, por exemplo, na Casa de Simião e que têm a necessidade de participarem de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Outra dúvida é a partir de quando muda o RH? O RH ele não muda, o que se tem é a possibilidade da flexibilização de 20 horas e 40 horas para o técnico social. E ampliação da gerontologia e pedagogo.

Passou-se para a apresentação do serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.

Nós tivemos 16 propostas desconsideradas, sendo que 02 vieram em branco e 05 como comentários. E 09 foram repetidas, e essas 9 repetidas estavam vinculadas a outros serviços.

Sueli de Paula Santos inicia com a apresentação.

É um serviço novo, embora não seja novo o acompanhamento a idosos no domicílio.

Pensando na Tipificação Nacional, ele é um desafio novo em relação a metodologia do trabalho, a concepção e a complexidade de pensar nessa questão de efetivar proteção social e acesso ao direito a esse público tão fragilizado.

Passou-se para a apresentação do Centro de Convivência Intergeneracional - CCIInter.

Nós tivemos 7 propostas desconsideradas, sendo que 01 veio em branca e 06 foram repetidas.

01 proposta parcialmente acolhida e 11 propostas integralmente acolhidas.

Recebemos o total de 25 considerações.

Rita de Cassia M. de Lima Siqueira inicia com a apresentação.

Tivemos a questão da intermitência e do contínuo, nós voltamos a colocar aqui o contínuo.

Na questão das atividades, o trabalho socioeducativo nas atividades nós ampliamos para atividades cognitivas e no material socioeducativo.

Na questão do gerente de serviço, ele também teve mudança. Todos os serviços tiveram mudança na denominação, que passa a ser Gerente da Proteção Social Básica.

A maioria das questões estavam relacionadas ao RH.

Por uma questão de orçamento, nós não tivemos como ampliar a questão do auxiliar administrativo para todos.

Cuidadores familiares que também vem até o serviço, participam de atividades, e que foi um ganho.

A coordenadora Sylmara acrescenta que nós usávamos a resolução do COMAS e da Proteção Especial para justificar que a gente poderia atender e ofertar mais um profissional para atender as pessoas com deficiência, porém, até esse momento era para cada 7 pessoas. Ao pese tenham outros profissionais para colaborar, nós baixamos para até 5 pessoas por turno.

A questão das horas técnicas foi solicitada por todos na consulta pública. Todos solicitaram a importância de termos horas técnicas, então esse serviço também tem um ganho.

Colocamos aqui na métrica do serviço o mínimo de 10% do público referenciado deve ser de pessoas idosas, porque isso já faz parte da Resolução nº1056/2015 do Município de São Paulo, que traz para esse serviço funcionar ele tem que ter referenciado minimamente 10% do seu público-alvo.

Uma outra questão é o funcionamento, que já foi explicado nos outros serviços anteriormente, que o serviço tenha possibilidade de escolher o horário que inicia as atividades. Mas, compreendendo que isto é por conta do território, não é então o que a população traz de demanda.

Uma outra questão é a possibilidade de realização de atividades complementares em outros períodos e também de ter atividades aos finais de semana.

A coordenadora da CPP, Sylmara, retoma que nós já tivemos 04 tipologias apresentadas e serão apresentadas 04 no período da tarde. E consulta se a equipe poderia apresentar mais uma? Encerráramos com 05 no período da manhã e retornaríamos depois a tarde com as demais tipologias.

Houve consenso em dar encaminhamento de mais um serviço no período da manhã.

Rita de Cassia M. de Lima Siqueira informa antes sobre uma questão que apareceu lá no CCI. E que acredita que em outros serviços também aparecerá, que o manual prático de alimentação saudável, e que nós deveríamos repensar em atualizar. Informa que este está em análise.

Rita de Cassia M. de Lima Siqueira inicia com a apresentação do Circo Social

Nós tivemos 399 questões desconsideradas, porque 285 foram questões do CEDESP, 08 foram do CCA, 07 do NCI e 46 do Circo Social.

Nós temos 13 propostas em análise. Temos propostas integralmente acolhidas.

Temos questão na caracterização do serviço, foi solicitado que esse serviço deveria estar atrelado entre Secretarias. Quer dizer, que ele fosse um serviço intersecretarial de Cultura, Educação e Assistência Social.

Colocamos aqui que esse serviço ele faz essa articulação intersecretarial.

É uma tipologia que faz parte da oferta aqui da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, e não abrimos mão desse serviço.

A coordenadora Sylmara auxilia na informação de que ele é intersecretarial. Porém, nós não abrimos mão para a Cultura, como oportunamente há tempos teve essa possibilidade.

Lembrando que nós usamos estratégias circenses na convivência e fortalecimento de vínculos, e por isso que ele é garantido dentro de uma tipologia de um serviço que é da Assistência Social.

A articulação da rede e das políticas públicas, ela perpassa por todo o serviço da Política de Assistência Social, uma vez que a política de Assistência Social não dá conta sem essa relação com outras Políticas Públicas para atender as necessidades dos usuários.

Retomando, Rita de Cassia M. de Lima Siqueira informa que foi levantada que aquisição e metodologia não estavam constando aqui da Portaria, então nós colocaremos, as aquisições dos usuários e metodologia constarão na Norma Técnica.

Tivemos propostas de retirar o corte de renda, que foi acolhido.

Em relação ao público alvo e condições de acesso, foi alterada a questão de ruptura por fragilização em situação de rua e na rua.

Nas provisões físicas de materiais, foram levantados nas questões relacionadas à revisão orçamentária e a revisão de repasses e acréscimos de despesas que serão discutidas na revisão da Portaria 47.

Na questão da Acessibilidade, pediram para que a verba para estabelecer os parâmetros fosse disponibilizada pela Secretaria. E na minuta da Portaria, no anexo 2, consta conforme na Lei, atualizada em 2011 pela Lei Estadual.

No RH, a proposta de definir o técnico social de assistente social e de psicólogo não foi possível por limitação orçamentária.

A Coordenadora Sylmara explica que não, não foi possível porque a gente não está fechado nesse momento sobre a possibilidade de termos assistentes sociais e psicólogos, e de termos também outros profissionais que já fazem parte do serviço.

A nomenclatura a gente permanece como técnico social, como permanecemos nos outros serviços.

Rita de Cassia M. de Lima Siqueira prossegue, que para o técnico especializado, foi feita a proposta de 02 técnicos para 08 técnicos especializados. Enfim, por questões orçamentárias também não foi possível.

A Coordenadora Sylmara explica que, no momento, a gente permanece com 01 a cada 20, porém lembrando que nós temos o orientador. Os demais técnicos que também se revezam no decorrer do dia para o atendimento a esses usuários. Então, por isso que neste momento, também não está sendo aberta a possibilidade de ser dois técnicos especializados na modalidade circense.

Não houve manifestação.

A reunião se encerrou às 12h30 e com a retomada no período da tarde.

Encaminhamentos das Comissões: Retomada no período da tarde com apresentação de mais tipologias pela equipe da proteção social básica.

Coordenação: Sylmara Andreolli Vettorello Ramires - CPP

Solange Cristina Castro Sampaio - CFO

Relatoria: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz - CFO

Apoio - Marcela L. Bressani da Equipe Técnica da Secretaria Executiva do COMAS-SP

RELATO REUNIÃO CONJUNTA

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - CPP E

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

Reunião: Conjunta e Ampliada da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos - CPP e da Comissão de Finanças e Orçamento - CFO.

Dia: 14/09/2023 (quinta-feira) / **Horário:** Das 13h30min às 17:00 horas

Realização: virtual, por meio de aplicativo Teams

Conselheiros Presentes:

Sociedade Civil: Cátia de Oliveira Borges (CPP), Cleuma Maria dos Santos Moraes (CPP e CFO), Marcelo Panico (CPP e CFO), Patrícia Alves Costa (CPP), Regina Conceição da Paixão Gomes (CFO), Solange Cristina Castro Sampaio (CPP e CFO).

Poder Público: Gustavo Felício Ferreira Pinto (CPP e CFO), Isabela Calil Quintino (CPP), Priscila Pereira Alves Scharth Gomes (CPP e CFO), Sylmara Andreoni Vettorello Ramires (CPP e CFO).

Ausências Justificadas:

Sociedade Civil: Anna Carolina Da Silva Mandetta (CPP e CFO), Camila Souza do Nascimento (CPP e CFO), Elaine Pereira Leão (CPP e CFO), Flávia Maria de Moura Reis (CPP), Karen Sales Correa Stein (CPP e CFO), Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas (CPP e CFO).

Poder Público: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz (CPP e CFO), Fátima de Nóbrega Lednik (CPP e CFO), Isabella Soares dos Santos (CPP e CFO), Rosana Chaves Azevedo (CPP).

Ausências Não Justificadas:

Sociedade Civil: Adriana Ferreira (CPP e CFO), Sergio Luiz Mendes dos Santos (CPP e CFO), Tania Araújo dos Anjos (CPP), Thalita De Matos Miranda (CPP e CFO).

Poder Público: Carolina Custódio Pereira dos Santos (CPP e CFO), Fábio Henrique Salles (CPP), José Carlos Damasceno (CPP e CFO), Kauã Sabino Condenso (CFO), Marta Damasceno (CPP e CFO), Severina Eudoxia da Silva (CPP e CFO), Suelen Karen Da Silva Santos (CPP).

Assessoria Técnica (Secretaria Executiva): Marcela Luchetta Bressani, Max Nicola Gonçalves Lúcio, Márcia de Souza Gonçalves, Gessiane Sayuri Nogueira Kudo, Josefa Alves Amorim.

Convidados: Alessandra B. da Silva, Alexandre, Aline de Jesus Vieira Oliveira, Amanda - CCA Palmares, Ana, Ana Paula, Andrea - SASF DMG, Andreia Cecosi, Andr eza - NAIA, Antônio Cabral, Aparecida, Augusto Belina Morais, Beatriz Fernandes Santos, Camilly, CCA Jardim São Bento, CCA João Paulo II, CCA Santa Terezinha, CCA Vila Londrina, CCA Vila Paulista, CCA Mundo Novo, Camila - CRAS VP, Carlos Aureliano, Carlos César Machado, Caroline Gama, Claudia, Claudia Jorge, Claudi a Roziane Cirillo Silva, CR P CONV Jardim Mitsutani, Cristiane Nóbrega de Souza, D., Débora Cavalcante Gonçalves, Débora Domingos, Eliana Netto, Everton, Fernanda Lanes Aguiar Cezar, Geraldo Brito, Gilmara, Hugo Ricardo, Luciana, Luzinete Possebaio, Jacque, Joyce, Karla, Kátia Lopes, Luciana, Luciana Gouvea Rodrigues, Luciene Novais (AEF II), Manu, Márcia, Maria de Fátima (gerente) CCA Bom Jesus, Maria Inês Shigekawa, Mariângela Sant'anna da Silva, Marina Diniz Nam bu, Marta, Micheli - CPSB, Mirela Ferraz, Monalisa Gonçalves de Souza, Monica, Neuci Ignotti Pellegrino, Nilda Keiko Toyomoto Ito, Nilza Silva - CJ Rainha da Paz, Patrícia Iac, Paula Domingues dos Santos, Priscila Nogueira Gandolfi, Rafaela, Raoni Pereira Jenônimo, Rebeca, Renata, Ricardo Salgueiro - CCA Murialdo, Rita de Cássia M. de Lima Siqueira, Rogério Coutinho (Nossa Ciranda Penha), Rosângela Freitas - CCInter Cavanis, Rosângela Escridelli, Rosi Andrade, Rosy CJ Arco, S., Sa mira Alves Aun, Sandra, Sandra Regina Bombicini Pintor, Sonia Maria, Sueli de Paula Santos, Suelli Salles - CRAS Vila Andrade, Sueli, Vanderléa, Zilma - CCA Casa da Criança, Xisto Basto.

A reunião teve início em segunda chamada às 14:00 horas, com os presentes conforme lista.

Pauta:

1) Revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais - Portaria 46/SMADS/2010

Objetivo/Justificativa:

Mantida consulta pública da revisão da Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais até dia 03/09. Após a consulta pública, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS realizou Audiência Pública, no dia 12/09.

Na reunião do CDA de 21/08 ficou acordado que a SMADS enviaria o documento ao COMAS-SP no dia 06/09, antes da audiência pública, e fará uma apresentação do documento no dia 11/09, em reunião conjunta CPP e CFO, manhã e tarde.

Na reunião do CDA de 21/08 ficou acordado **reunião conjunta e ampliada CPP e CFO no dia 14/09, reservada para a apresentação da Proteção Social Básica** e a reunião conjunta e ampliada CPP e CFO no dia 21/09, reservada para a apresentação da Proteção Social Especial, manhã e tarde. E reunião plenária extraordinária no dia 27/09, também em dois períodos.

Relato:

A Coordenadora da CPP, Sylmara Andreoni Vettorello Ramires se apresenta, e apresenta a Coordenadora da CFO, Solange Cristina Castro Sampaio. Retoma da metodologia, informando que tivemos apresentação das tipologias da básica na Portaria 46 pela manhã e que a tarde a equipe apresentará mais tipologias. Estamos numa reunião conjunta forte e prosseguiremos com as apresentações.

As tipologias estão sendo apresentadas por serviço, isso foi pactuado desde o início dos trabalhos desta reunião conjunta. E nós faremos a mesma metodologia que foi realizada no período da manhã, que consiste em função da audiência pública e da solicitação dado o curto espaço de tempo para Proteção Básica, apresentar os resultados da audiência e o que está pactuado na minuta do anexo 3.

Conforme eu iniciei, nós continuaremos com a apresentação da revisão da tipificação do município.

Retomo dizendo que após a apresentação de cada tipologia, nós abrimos 5 questões de 2 minutos cada, para que sejam feitos os esclarecimentos que ainda não foram contemplados com a apresentação.

Mariângela Sant'Anna da Silva inicia com a apresentação do Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para adolescentes, jovens e adultos - CEDESP.

Nós tivemos 596 contribuições. Dessas, 96 são contribuições e 502 foram repetidas.

02 propostas encontram-se em análise, 02 propostas foram integralmente acolhidas.

11 propostas foram parcialmente acolhidas e 79 não foram acolhidas, considerando não se tratar especificamente no escopo da portaria 46.

Foi contemplada a questão do preferencialmente referenciados ao distrito da subprefeitura.

Outra questão acolhida foi a de contribuir com acesso inicial ao Mundo do Trabalho e a ampliação do conhecimento científico e tecnológico.

Nas provisões físicas e materiais, está colocado alimentação, almoço e lanche em padrões nutricionais adequados e adaptados às necessidades específicas. Este item foi acolhido parcialmente porque também tinha uma propositura de jantar.

A acessibilidade também foi uma questão amplamente discutida em todas as tipologias.

Então, o texto que ficou colocado seria de imóvel com salas de atendimento individualizado, sala de atividades coletivas e comunitárias, salas de apoio administrativo, instalação sanitárias adequadas, cozinha, despensa e refeitório, incluindo o artigo 12, do que está colocado na legislação que seria edificações nas quais seja realizado o atendimento socioassistencial, conforme a Lei nº12.907 de 2008, atualizada pela Lei nº14.467 de 2011, na qual deverão possuir frota acessível, livre de barreiras arquitetônicas e obstáculos, com piso tátil na entrada do imóvel aos seguintes ambientes acessíveis, ao menos um banheiro acessível por refeitório, pelo menos uma sala de uso coletivo para atividades de convivência e de atendimento em grupo, pelo menos uma sala de atendimento individual. E no serviço de acolhimento, pelo menos um dormitório acessível.

A gestão optou por manter a terminologia técnico social.

Outra questão que foi colocada aqui, foi para os agentes operacionais e que foi solicitado que houvesse um.

8 horas técnicas mês foi a aquisição que o CEDESP recebe na nova portaria. Nós não tínhamos as horas técnicas e ele passa a ter as horas técnicas, como todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, considerando a necessidade de qualificar a oferta dos nossos serviços.

Outra questão, ficou que o número de adolescentes, jovens e adultos referenciados poderá ser equivalente a até 10% maior que a capacidade do atendimento diário, garantindo padrões de ocupação. Mas isso é no início, no início de cada semestre.

Para RH, tinham solicitado mais 2 profissionais, um assistente social e um psicólogo, o que neste momento não foi possível de ser contemplado.

Geraldo Brito resgata que a Sylmara disponibilizou marcar uma reunião depois, posteriormente. E eu acho bacana a gente marcar uma reunião do GT CEDESP para discutir melhor algumas questões. Seria muito importante, até antes da audiência, se possível.

No segundo momento, Geraldo traz o repúdio dos coletivos quanto a ausência do Secretário de Assistência Social na primeira audiência pública. Pensar que a gente tem que garantir a presença dele nas audiências públicas futuras. Eu acho que isso é muito importante. O FAS fez uma nota de repúdio, está popularizado aí nas redes sociais.

Eu acho que nas propostas que foram apresentadas, é bom explicar como que foi feito todo esse método.

A gente se reuniu em algumas reuniões, enquanto GT CEDESP, elaborou algumas propostas.

Uma coisa que a gente não pode deixar de falar é sobre o assistente social e o psicólogo.

Isso é de suma importância, não só para o CEDESP, mas para todos os serviços da Proteção Social Básica.

Também temos a questão da diversidade, atendemos pessoas com deficiência física, intelectual, nos serviços temos as demandas.

Temos uma necessidade de ter um assistente social, técnico. E foi isso que a gente deixou muito explícito no texto. A gente quer manter sim a função de técnico. Tem que ter um técnico, que é aquela pessoa que auxilia o gerente administrativo. Só que, para além disso, tem que ter um profissional que seja assistente social e psicólogo.

E, nesse momento, eu acho que ninguém vai discordar, que é quase inadmissível alguma tipificação da Política de Assistência Social não ter assistente social.

Mariângela Sant'Anna da Silva inicia a apresentação da tipologia CJ.

Nós tivemos 43 contribuições, dessas 09 propostas.

05 propostas repetidas e já analisadas, 10 propostas em análise, e 02 propostas integralmente acolhidas.

Houve uma solicitação, e ela é uma solicitação que vem há muito tempo, no sentido de reduzir a faixa etária para a participação do CJ.

Era de 15 anos, nós conseguimos reduzir, experimentalmente, num primeiro momento para avaliarmos, a partir de 12 anos pedidos.

É concedido de 14 a 17 anos e 11 meses. Então foi parcialmente aceito.

Foi colocado também a questão do preferencialmente referenciadas, considerando atender jovens que possam não ter no seu distrito de domicílio o serviço nessa tipologia, ou esteja com uma demanda de passagem.

Que seja atendido preferencialmente no território onde o serviço está localizado.

Outra questão que foi colocada é a acolhida no sentido do trabalho social, que está a questão da acolhida, escuta, e já foi contemplada.

A questão da acessibilidade também se repete. Então, foi acrescido esta questão de ter o mínimo necessário de acessibilidade para que a pessoa com deficiência não tenha barreira arquitetônica que a impeça de participar de um serviço de convivência.

No RH, a sugestão é de ampliar o quadro de RH para contratação de um assistente social, de um psicólogo, de um zelador. O que não foi contemplado neste momento.

A sugestão também e, que não foi possível contemplar no momento, é de um auxiliar administrativo.

Também foi colocada a sugestão para a contratação de 2 auxiliares de cozinha para os serviços com capacidade de 60, e não foi possível ser contemplado neste momento.

Quanto ao quadro de RH, foi colocado, no entanto, mais um educador social.

Uma outra questão é que o CJ já tem um curso de formação inicial. E nós não temos a competência de trabalhar empregabilidade. Isso foi uma coisa que foi já bem discutida na tipologia. Nós contribuimos para que haja acesso ao Mundo do Trabalho, e já está colocado essa questão de trabalhar o projeto de vida Mundo de Trabalho. Então são todas essas questões que estão atinentes a Política de Assistência Social.

A questão dos cursos está contemplada na articulação em rede, que também está colocada na Tipificação Nacional. Que é essa articulação em rede para as Políticas de Emprego, de Inserção Produtiva.

Mas sim, ela consegue estar trabalhando, preparando esses jovens para o Mundo do Trabalho, falando sobre essa temática e fazendo com que essa articulação em rede facilite o acesso dele, e a partir do momento que ele tem conhecimento do trabalho como direito de cidadania e de todas as questões que são trabalhadas.

Hugo Ricardo se apresenta como representante de CJ e coloca que gostaria de validar e até mesmo reforçar a fala do companheiro Geraldo sobre a questão do psicólogo e do assistente social dentro da tipologia de CJ.

Reforça a necessidade desses profissionais no quadro de RH do CJ e de todos os serviços da Assistência.

Rosângela Escridelli agradece a participação nesse grupo e reforça a fala como gerente do CJ Helena Portugal, zona Norte, que nós precisamos lutar para que esses profissionais, de suma importância para nós, para o nosso quadro, que são os psicólogos e os assistentes sociais. Porque o gerente não consegue fazer múltiplas ações, ou você se concentra na gestão do serviço, ou você se concentra na visita domiciliar.

Por que que o CJ é diferente do CCA? Ele vem para nós e tem as mesmas dificuldades das famílias.

Eu estou muito feliz por termos sido contemplados para a diminuição da faixa etária, que era uma das nossas necessidades.

Tatiane de Souza - CJ Kagohara concorda com a colega. A gente fica muito feliz das contemplações que tivemos no CJ. Mas, uma coisa me deixou um pouco preocupada é quando foi apresentado a questão do serviço intermitente. A Mariângela apresentou a questão do contínuo também para os jovens que queiram participar, tem a necessidade de estar no serviço todos os dias.

A Coordenadora Sylmara explica que nós apresentaremos o impacto disso de ter assistentes sociais e psicólogos para o gabinete, para análise do gabinete. Isso vai ser apresentado, assim como foi também apresentado o que foi solicitado na audiência pública em relação ao auxiliar administrativo.

Eu não posso dizer nem que sim, nem que não, porque depende de análise do gabinete aceitar ou não.

Implica também na gente conseguir ampliar mais ainda os recursos.

Então nós vamos fazer a planilha e encaminhamos para o gabinete em relação a isso, para que seja verificada esta possibilidade.

Quando colocam sobre a preocupação de ser até 3 vezes, porque nem sempre as vagas do contínuo elas serão ocupadas a partir do momento que nós temos usuários de forma contínua, ou seja, nós vamos ter as demais vagas interpoladas e a análise do quadro de matrículas. É da matriz que eu estou querendo dizer, da lista de demanda que nós vamos verificar se o jovem vai ficar um dia, se ele vai ficar 2 dias. Se ele ficar um dia, sobram 4 dias da semana a vaga dele ociosa e que pode ser disponibilizada para demais usuários.

Então nós colocamos até 3 vezes.

Mariângela SantAnna da Silva complementa que a questão da intermitência vem justamente suprir essa lacuna, no sentido de que muitas vezes não era possível.

De algum tempo, que a gente vem ouvindo dos próprios serviços que é difícil que o jovem esteja todos os dias e que isso compromete realmente a questão da frequência.

Mariângela SantAnna da Silva passou para a apresentação do CCA.

Nós tivemos um total de 156 contribuições.

43 propostas foram desconsideradas, uma das propostas estava em branco.

30 propostas estão em análise.

A questão do público alvo, mais uma vez foi colocado, preferencialmente referência ao território onde se localiza o serviço. Para além disso, em relação ao público alvo, também foi colocado à sugestão de atender crianças a partir de 5 anos, a consoante a tipificação nacional. Não contempla essa faixa etária de atendimento, faixa etária menor do que 5 anos, porque enquanto Município somos signatários da Política.

O que está preconizado na Política Nacional tem como objetivo dar unidade a todo o território nacional.

Nesse sentido, não foi passível de ser contemplada uma faixa etária a menores de 5 anos.

Outra questão refere-se é a questão da alimentação, que foi contemplado no sentido que está colocando o café da manhã, almoço, lanches em padrões nacionais adequados e adaptados às necessidades específicas.

Quanto à questão da acessibilidade, nós repetimos.

O RH, a proposta de inclusão de um advogado. A questão do advogado foi uma questão diferenciada.

A mudança de nomenclatura dos cargos foi contemplada na questão do orientador socioeducativo, que passou para educador social.

Outra questão que foi colocada aqui e que passou por todos os serviços, é que o número de crianças e adolescentes referenciados por mês deve ser até 20% superior a capacidade de atendimento diário.

Quanto ao período de funcionamento, foi colocada se o horário das 7 às 18h, vai poder ser flexibilizado de acordo com a necessidade. Claro que sim, o serviço terá autonomia para iniciar o atendimento de acordo com a realidade do território.

Regina Paixão coloca que a gente tem uma preocupação que os gestores de parceria às vezes fazem o atendimento deles, então isso que você coloca, 20% não é atender 20% a mais após atendimento ocioso. Para a gente que está lendo, está estudando, está tranquilo, mas às vezes a interpretação na base é um outro desafio.

Marcia coloca da inclusão das 10 horas técnicas nos serviços, eu acho que isso é fundamental.

Eu acredito em formação permanente.

Só que eu acredito que seja necessário normatizar as horas técnicas, eu acho que tem que normatizar no sentido de que seja feito um diagnóstico da situação, um planejamento e uma avaliação do processo, através da escuta dos trabalhadores, e acompanhamento desses trabalhadores, porque, caso contrário, pode-se cair numa simples palestra que ela fica solta.

Gustavo Felício agradece a toda equipe técnica da proteção social básica, na pessoa da coordenadora Sylmara.

Eu estou muito feliz que quando eu entrei aqui houve mais de 100 pessoas presentes neste momento. Isso reforça o compromisso dessa Secretaria na participação e no controle social das políticas de assistência social de São Paulo. Acho que a gente parabeniza essa iniciativa.

Eu falei de manhã que quando surgiu a discussão sobre a Portaria 47, eu queria trazer um pouco do informe da reunião que nós tivemos ontem de equipe. Uma reunião bem importante de avaliação desse processo.

Fizemos a nossa avaliação sobre a audiência pública, que foi bastante positiva, e que traz esse caráter democrático, aberto e de participação de todos.

A gente vai ter a continuidade dessa audiência para tratar da proteção especial, especialmente da alta complexidade.

E agora falando um pouco enquanto COMAS. A gente está aqui na luta, para ter pelo menos 2 momentos, 2 datas para a gente fazer uma audiência para proteção básica e a outra para proteção especial, mas a gente se vê diante de muitos desafios. A gente consegue um espaço, mas é só meio período e a gente entende que meio período pode não dar conta.

Uma outra questão é conseguir um espaço faça a cessão não onerosa, e também que seja um espaço acessível do ponto de vista da acessibilidade e também dos meios de transporte em massa.

Então são esses desafios que estão postos para a equipe técnica, para a gente encontrar aí as próximas datas.

A gente está trabalhando para encaminhar propostas para a plenária sobre a questão da 47.

Conversamos bastante, tivemos um diálogo entre todos os coordenadores da SMADS. E a gente entendeu que a parte da escrita técnica da 46, da 47, a gente adotou por uma metodologia na qual a gente referencia tudo que está na 46 e coloca em consulta pública, coloca em audiência pública, coloca a submissão do COMAS. E, em paralelo, a gente inicia um estudo de parâmetros para 47, porque fazê-la, por que a gente? pensar na máquina, pensar na SMADS, então às vezes a gente não consegue entregar um produto na velocidade e no tempo que nós gostaríamos.

Então por que que é 47 ainda não saiu, porque ela ainda está na fase de estudo.

Ela ainda está na fase de elaboração.

Foi feita uma projeção, mas é projeção. Projeção mesmo. Não tem ainda um detalhamento dos valores, mas foi feita uma projeção para 2024, que passou no COMAS.

A gente está pensando em fazer um trabalho mais consistente, nem que para isso a gente tinha que levar um pouquinho mais de tempo do que a gente previa.

A Conselheira Patrícia Alves coloca que participou na parte da manhã e da tarde, acho que apresentações esclareceram muitas coisas, que por exemplo, não foi possível no processo de audiência.

Acho que também surgem novas questões.

E de fato, essas audiências vão fazer muita diferença.

Sem mais, a reunião foi encerrada. As coordenadoras da CPP e CFO agradecem todas as presenças e pelas manifestações.

Encaminhamentos das Comissões: O CDA encaminhará a solicitação feita na audiência pública de 12.08 das duas novas audiências públicas.

Coordenação: Sylmara Andreolli Vettorello Ramires - CPP

Solange Cristina Castro Sampaio - CFO

Relatoria: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz - CFO

Apoio - Marcela L. Bressani da Equipe da Secretaria Executiva do COMAS-SP

ANEXO IV

RELATO - Reunião Conjunta - Comissão de Finanças e Orçamento – CFO com a Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP

Local: Sede do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS/SP

Endereço: Praça Antonio Prado, nº 33 – 12º andar

Dia: 18/09/2023 **Horário** Das 09:00hs as 12:00hs

Realização: virtual, por meio de aplicativo.

Conselheiros Presentes:

Sociedade Civil: Cátia de Oliveira Borges, Marcelo Panico, Solange Cristina Castro Sampaio, Regina Conceição da Paixão Gomes

Poder Público: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz, Rosana Chaves Azevedo, Gustavo Felício Ferreira Pinto, Priscila Pereira Alves Scharth Gomes, Sylmara Andreoni Vettorello Ramires, Isabela Calil Quintino, Kauã Sabino Condenso

Ausências Justificadas: Cleuma Maria dos Santos Moraes, Flávia Maria de Moura Reis, Karen Sales Correa Stein

Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Max Nicola Gonçalves Lucio e Marcela Luchetta Bressani

Convidados: Maria dos Remédios Pereira, Luciane de Cassia de Faria, Roberta Riviera, Geraldo Salvado, Eliana Neto, Tatiane de Souza, Maria Castro, Matheus Martinez Crepaldi, Claudia Jorge, Irinea Gomes, Leandro Oliveira, Wagner

Pauta:

1) Portaria SMADS para normatização da tramitação de emendas parlamentares no âmbito do COMAS

Objetivo/ Justificativa: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, conforme encaminhamento da reunião conjunta CPP e CFO de 06/09/2023, encaminhará ao COMAS minuta de portaria para normatização da tramitação de emendas parlamentares no âmbito deste Conselho. **SEI 6024.2023/0010085-6**

Encaminhamentos da Comissão: A técnica de SMADS, Maria dos Remédios, realizou apresentação apontando os principais itens da minuta de portaria enviada pela secretaria. A conselheira Sylmara realizou um breve histórico do fluxo de emendas parlamentares, com transferência de recursos para o FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social. Sylmara e o conselheiro Marcelo apontam que a portaria dará maior segurança jurídica para a tramitação das emendas no âmbito do conselho. A conselheira Priscila e o conselheiro Gustavo lembram que a minuta da portaria será apresentada na plenária de 19/09/2023, mas solicitam que seja feita uma apresentação mais breve, com enfoque no que é pertinente ao conselho. Por fim, as comissões encaminham a matéria para o pleno com sugestão de aprovação e ratificação, com proposta de resolução.

Coordenação: Solange Cristina Castro Sampaio e Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Relatoria: Bruna Eloísa Iarossi Xavier Cruz

ANEXO V

Relato - Reunião Conjunta - Comissão de Finanças e Orçamento – CFO com a Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP

Local: Sede do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS/SP

Endereço: Praça Antonio Prado, nº 33 – 12º andar

Dia: 06/09/2023 **Horário** Das 09:00hs as 12:00hs

Realização: virtual, por meio de aplicativo.

Conselheiros Presentes:

Sociedade Civil: Flávia Maria de Moura Reis, Karen Sales Correa Stein, Marcelo Panico, Patrícia Alves Costa, Solange Cristina Castro Sampaio, Regina Conceição da Paixão Gomes

Poder Público: Rosana Chaves Azevedo, Sylmara Andreoni Vettorello Ramires, Isabela Calil Quintino, Kauã Sabino Condenso

Ausências Justificadas: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz, Gustavo Felício Ferreira Pinto, Priscila Pereira Alves Scharth Gomes

Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Max Nicola Gonçalves Lucio e Marcela Luchetta Bressani

Convidados: Maria dos Remédios Pereira

Pauta:

1) Emendas Parlamentares de âmbito estadual e municipal

Objetivo/ Justificativa: Planos de ação enviados pela SMADS referentes as seguintes emendas parlamentares:

PROCESSO SEI	ÂMBITO	PARLAMENTAR	VALOR	ORGANIZAÇÃO/ SERVIÇO
6024.2023/0008922-4	Estadual	Maurici	R\$ 150.000,00	ICIBAP – Instituto Cidadão Participativo
6024.2023/0009064-8	Estadual	Luiz Fernando T. Ferreira	R\$ 200.000,00	Associação Assindes Semig
6024.2023/0009409-0	Estadual	Luiz Fernando T. Ferreira	R\$ 60.000,00	Soc. Amigos de Bairro Conj. Hab. Jd. Sapopemba
6024.2023/0008918-6	Estadual	Caio França	R\$ 100.000,00	Instituto Gabriel Barreto Sogari
6024.2023/0009406-6	Estadual	Luiz Fernando T. Ferreira	R\$ 150.000,00	Centro Nossa Senhora da Penha - CENHA
6024.2023/0009092-3	Estadual	Marta Costa	R\$ 77.319,00	Associação dos Moradores da Vila Arco Íris - AMAI
6024.2023/0008576-8	Estadual	Paulo Fiorilo	R\$ 150.000,00	Centro de Assistência Social São Patrício - CIAP
6024.2023/0008521-0	Estadual	Delgado Olim	R\$ 96.300,00	Lar da Criança Ninho da Paz
6024.2023/0008814-7	Estadual	Sebastião Santos	R\$ 200.000,00	ABADS – Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social

6024.2023/0009411-2	Municipal	Eli Correa	R\$ 40.000,00	CROPH – Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana
6024.2023/0009698-0	Municipal	Eli Correa	R\$ 5.000,00	CROPH – Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana

Encaminhamentos da Comissão: A técnica de SMADS, Maria dos Remédios, informou que a portaria de SMADS para regulamentar o fluxo de emendas parlamentares já está quase apronta, aguardando apenas ajustes finais, e antes de ser publicada será encaminhada ao COMAS. A conselheira Flavia sugere que a portaria passe por audiência pública, mas Maria salienta que não há obrigação legal para a realização da audiência. O conselheiro Marcelo coloca que a portaria já está em discussão na SMADS há 2 anos, e que é necessário celeridade. As conselheiras Isabela Kalil e Sylmara sugerem uma reunião conjunta entre CFO e CPP para apreciação da portaria, e a conselheira Solange pontua que até o COMAS já tem a sua resolução que dispõe sobre a tramitação de emendas no âmbito do Conselho, que a portaria da SMADS precisa sair o quanto antes, concorda com a reunião extraordinária, mas pede envio antecipado do material para leitura dos conselheiros. Flavia demonstra preocupação em relação ao impacto que a portaria pode trazer no município, e que o documento deve chegar e ser acessado com antecedência pelos trabalhadores, entidades e usuários. Como encaminhamento, ficou decidido que SMADS enviará a portaria ao COMAS até o dia 14/09 para que a mesma possa ser pauta do CDA do dia 15/09 e posteriormente apreciada em reunião conjunta CPP e CFO do dia 18/09, e em plenária ordinária de 19/09. Referente as emendas parlamentares apresentadas no dia de hoje, a comissão encaminha as mesmas com proposta de aprovação.

Coordenação: Solange Cristina Castro Sampaio e Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Relatoria: Solange Cristina Castro Sampaio e Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

ANEXO VI

RELATO REUNIÃO DA CRI - 05/09/2023

Comissão Temática: Comissão de Relações Interinstitucionais - CRI.

Descrição: Reunião Extraordinária CRI

Realização: Online

Local: Online - Aplicativo Teams

Dia: 05/09/2023 (terça-feira) / **Horário:** 09:00 às 11:00 horas

Conselheiros Presentes:

Sociedade Civil: Adriana Ferreira, Ana Carolina Da Silva Mandetta, Cleuma Maria dos Santos Moraes, Karen Sales Correa Stein, Sergio Luiz Mendes dos Santos, Solange Cristina Castro Sampaio, Sueli Gonçalves Xavier Karanauskas, Thalita De Matos Miranda.

Poder Público: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz, Marta Damaceno.

Ausências Justificadas:

Sociedade Civil: Darlene Terzi Dos Anjos Afonso Cazarini, Marcelo Panico, Tania Araújo dos Anjos.

Poder Público: Gustavo Felício Ferreira Pinto, Isabela Calil Quintino, Isabella Soares dos Santos, José Carlos Damasceno, Priscila Pereira Alves Scharth Gomes, Sylmara Andreoni Vettorello Ramires.

Ausências Não Justificadas:

Sociedade Civil: Camila Souza do Nascimento, Elaine Pereira Leão.

Poder Público: Carolina Custódio Pereira dos Santos, Fábio Henrique Salles, Fátima de Nóbrega Lednik, Kauã Sabino Condense, Rosana Chaves Azevedo, Severina Eudoxia da Silva.

Assessoria Técnica (Secretaria Executiva): Marcela Luchetta Bressani.

Convidados:

A reunião teve início em segunda chamada às 09h30min, com os presentes conforme lista.

PAUTA:

- 1) Devolutiva da análise dos processos de solicitação de inscrição atribuídos os(as) Conselheiros(as)

Observações e justificativas da Comissão:

A Coordenadora Bruna atribuiu de forma aleatória 03 processos para cada Conselheiro(a) ser relator(a). Atualizou a distribuição na planilha com a relação de processos de solicitação de inscrição em análise na CRI, disponível no drive, e está também foi enviada por e-mail.

Relato:

Os(as) Conselheiros(as) designados(as) para relatoria de processo lhes atribuídos pela Coordenação apresentam a devolutiva de suas análises concluídas, as impressões e dúvidas surgidas durante a análise.

Alguns Conselheiros(as) ainda não trouxeram as devolutivas.

A Conselheira Solange se preocupa com a questão de análise de processos mais recentes, porque existem outros de anos anteriores que estão aguardando para serem analisados e deliberados. Pede uma atenção da coordenação e relatoria da CRI para que possam levantar quantos anteriores ainda estão parados e aguardando na fila de análise e para que a CRI possa priorizar esses.

A Coordenadora Bruna esclarece que tem feito esse acompanhamento e cobrado os(as) conselheiros(as) relatores(as) quanto a apresentação dos pareceres, mas que muitas vezes tem como resposta o problema de acesso no SEI e a dificuldade de encarte do parecer; e, também, de que ainda não fez ou concluiu, mas que fará o parecer, e nesse caso é preciso ter uma flexibilidade para entender a situação do(a) conselheiro(a). Porém, todos os processos já estão distribuídos, com exceção dos 29 novos que entraram por esses dias da equipe técnica. Mas, informa que irá reforçar com os(as) conselheiros(as) para que apresentem os pareceres.

A Conselheira Marta acrescenta que tem os casos de que os documentos muitas vezes estão vencidos ou necessitando de complemento. O que demora as vezes a análise e conclusão do parecer por parte do(a) relator(a) do processo.

A Conselheira Adriana concorda e acrescenta que tem também os atendimentos realizados pela CRI, que muitos casos demandam o envio de documentação ajustada conforme orientação feita na reunião com a organização. Isso também atrasa o processo, porque a equipe tem que expedir o ofício e depois tem o tempo para que a organização atenda a solicitação.

A Conselheira Sueli refleti que, em termos de números, essa gestão já limpou muita coisa do que estava parada. A CRI tem conseguido trabalhar bem e analisar bastante processo. Acredita que um número bem maior do que em outras gestões. Pelo menos tem essa percepção.

A Coordenadora Bruna entende que sim, que de fato tinha um volume significativo de coisas paradas quando essa gestão assumiu e que agora estão fluindo, num ritmo bom. Aproveita para agradecer o empenho de todos da Comissão para que isso seja possível.

A Conselheira Solange se sente contemplada e só mesmo reforça para que tenhamos esse cuidado, de levantar quantos processos estão ainda aguardando análise. E se a coordenação e relatoria possam reforçar junto aos conselheiros e fazer esse acompanhamento.

A Coordenadora Bruna informa que irá fazer sim o acompanhamento.

A Comissão referendou as propostas trazidas pelos(as) relatores(as) e encaminha os seguintes processos para deliberação na plenária:

Protocolo	Nome	CNPJ	Data de Entrada no COMAS-SP	Assunto	SAS	Processo SEI	Posicionamentos das Equipes Técnicas		Proposta de Encaminhamento da CRI para a Plenária
							SAS	Secretaria Executiva do COMAS-SP	

1639/2019-SERV	CÁRITAS Diocesana de Campo Limpo - CDCL CCA Nossa Senhora Auxiliadora	64.033.061/0001-38 64.033.061/0080-31	10/10/2019	Solicitação de inscrição de SERVIÇO da organização	Campo Limpo	6024.2019/0008405-5	Indeferimento	Arquivamento do processo por duplicidade	Proposta de arquivamento do processo por duplicidade processual com o mesmo objeto de inscrição (SEI 6024.2022/0009988-0 - solicitação nº1857/2022-SERV)
1717/2020-ORG	Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais - AME	64.917.818/0001-56	03/05/2022	Pedido de reconsideração do indeferimento da solicitação de inscrição de organização	Mooca	6024.2020/0011306-5	Deferimento	Deferimento	Proposta de deferimento do pedido de reconsideração e de deferimento da solicitação de inscrição.
1784/2021-ORG	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	60.690.419/0001-44	13/12/2021	Solicitação de inscrição de organização	Pinheiros	6024.2021/0012484-0	Indeferimento	Indeferimento	Proposta de deferimento da solicitação de inscrição
1812/2022-ORG	Associação Beneficente Tereza Fernandes	18.183.955/0001-97	04/05/2022	Solicitação de Inscrição de organização	Vila Prudente	6024.2022/0003547-5	Indeferimento	Indeferimento	Proposta de deferimento da solicitação de inscrição
1868/2023-SERV	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira - ADRA Central Projeto "Pertense"	15.355.260/0001-57	12/01/2023	Solicitação de Inscrição de SERVIÇO da organização	Cidade Ademar	6024.2023/0000344-3	Indeferimento	Deferimento	Proposta de deferimento da solicitação de inscrição

Encaminhamento: A CRI encaminha 05 (cinco) processos com proposta para deliberação na plenária.

2) Devolutiva da análise dos processos atribuídos os(as) Conselheiros(as) - Manutenções de 2022 - finais de 7 a 9

Observações e justificativas da Comissão:

SEI 6024.2021.0012412.3

A Coordenadora Bruna atribuiu de forma aleatória 03 processos de manutenção para cada Conselheiro(a) ser o(a) relator(a). Atualizou a distribuição na planilha com a relação de processos de manutenção de inscrição de 2022 em análise na CRI, disponível no drive, e está também foi enviada por e-mail.

Relato:

Os(as) Conselheiros(as) designados(as) para relatoria de processo lhes atribuídos pela Coordenação apresentam a devolutiva de suas análises concluídas, as impressões e dúvidas surgidas durante a análise.

Alguns Conselheiros(as) ainda não trouxeram as devolutivas.

A Conselheira Karen informa que solicitou documentos no processo que estava analisando, estes chegaram, porém não tem nenhum parecer no processo para subsidiar a sua análise. Não tem parecer nem de SAS e nem da equipe técnica do COMAS. Consulta se não seria necessário ter esse parecer?

A Coordenadora Bruna acredita que sim, podemos verificar para tenha o parecer encartado.

A técnica Marcela da Secretaria Executiva esclarece no chat de que nas manutenções não costuma ter o parecer mesmo, os processos não são encaminhados para manifestação da SAS.

O Conselheiro Sérgio informa que no processo em que está analisando precisará solicitar documentos, porque a documentação está desatualizada. Não está nem o relatório e nem o plano.

A Conselheira Solange pergunta se seria manutenção de que ano? E se na planilha de CGPAR localizou se esta mantém parceria?

O Conselheiro Sérgio menciona que irá olhar na planilha enviada por CGPAR.

A técnica Marcela da Secretaria Executiva esclarece que corresponde a uma inscrição de final 8, cuja manutenção de 2019 já consta deferida na Resolução COMAS-SP nº1908/2022. Portanto, é a manutenção entregue em 02/08/2022 que está para análise do conselheiro. Na manutenção de 2022 há o relatório do ano anterior (2021) e o plano de ação por três anos (2022, 2023 e 2024). Consulta se estes não estão encartados no processo?

O Conselheiro Sérgio confirma que não estão.

A técnica Marcela da Secretaria Executiva esclarece que irá encartar a documentação do pedido de manutenção de 2022 se esta não estiver no processo.

O Conselho Sérgio irá aguardar a documentação ser encartada para verificar quais documentos serão necessários solicitar atualização.

A Conselheira Thalita informa que no processo em que está analisando também terá que solicitar documentos. Consulta como proceder?

A Coordenadora Bruna consulta se pode ser feito igual da situação do Sérgio e informar quais documentos que precisam ser atualizados?

A técnica Marcela da Secretaria Executiva entende que sim, o(a)s conselheiro(a)s colocam a informação no processo indicando quais documentos que precisam que sejam solicitados e a equipe técnica envia a solicitação para a organização.

A Comissão referendou as propostas trazidas pelos(as) relatores(as) para os seguintes processos:

Protocolo	Nome	CNPJ	Data da inscrição no COMAS-SP	Assunto	SAS	Processo SEI	Proposta de Encaminhamento da CRI para a Plenária
268/2012-SERV	Centro Social Leão XIII	60.980.364/0001-07	19/04/2012	Manutenção da inscrição do SERVIÇO da organização	Vila Maria	6024.2020/0006682-2	Proposta de solicitar os pareceres da SAS e Equipe Técnica do COMAS
828/2012-ORG	Federação Espírita do Estado de São Paulo - FEESP	61.669.966/0001-00	16/12/2014	Manutenção da inscrição da organização	Sé	6024.2020/0011006-6	Proposta de solicitar documentos complementares e encartar a manutenção de 2022 no SEI
1087/2013-SERV	Sociedade Instrução e Socorros - SIS	61.015.129/0001-68	29/07/2014	Manutenção da inscrição do SERVIÇO da organização	São Mateus	6024.2021/0000054-8	Proposta de solicitar documentos complementares
1088/2013-SERV	Sociedade Instrução e Socorros - SIS	61.015.129/0001-68	29/07/2014	Manutenção da inscrição do SERVIÇO da organização	São Mateus	6024.2021/0000050-5	Proposta de solicitar documentos complementares

Encaminhamento: A CRI não encaminha processo de manutenção de inscrição para deliberação na plenária.

3) Planilha de Parcerias

Observações e justificativas da Comissão:

SEI 6024.2023/0005355-6

CGPAR/SMADS responde ao ofício da CRI e encaminha a planilha padrão atualizada das parcerias/serviços.

Encaminhamento: A equipe técnica já socializou por e-mail para os(as) conselheiros(as) a planilha que foi encaminhada por CGPAR.

4) Data: 29/08/2023 - e-mail

Assunto: Solicitação de atualização de Certificado COMAS

Observações e justificativas da Comissão: A OSC Lar Batista de Crianças solicita atualização de seu Certificado COMAS para que conste a inclusão do SAICA na

relação de unidade mantida. A solicitação se deve em razão da necessidade de apresentar tal documentação a Promotoria da Infância e Juventude da Capital - Setor de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos.

Trata-se de solicitação de inscrição de serviço novo e a sua inclusão, com a averbação da unidade filial no certificado de inscrição da OSC. A OSC. tem inscrição de nº494/2012-ORG e foi deferida na Resolução nº614 de 23/08/2012, na ocasião era mantenedora de três unidades do serviço de SAICA e uma unidade do serviço de CCA. Agora solicita a inscrição de mais uma unidade de SAICA e a sua averbação no certificado da inscrição.

Encaminhamento: A CRI fará a análise de inscrição do serviço novo de SAICA para a sua inclusão e averbação da unidade filial no certificado da inscrição.

Coordenação e Relatoria: Bruna Eloisa Iarossi Xavier Cruz

Relatoria: Equipe Técnica da Secretaria Executiva do COMAS-SP

ANEXO VII

Relato – Reunião ordinária

GRUPO DE TRABALHO - GT PARA REVISÃO E MONITORAMENTO DA IN Nº 03/SMADS/2018.

(GT IN 03)

Nome da Comissão: GT IN 03

Local: Sede do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS/SP

Endereço: Praça Antonio Prado, nº 33 – 12º andar

Dia: 18/09/2023 **Horário** 13:30Hs.

Realização: virtual, por meio de aplicativo.

Presentes:

Sociedade Civil:

Poder Público:

Composição Externa: Daniele Machado Olavo, Regina Conceição da Paixão Gomes, Rose Ferreira Costa Rocha, Solange Cristina Castro Sampaio, Maria Aparecida Nery da Silva, Francis Larry de Santana Lisboa

Ausências Justificadas: Flávia Maria De Moura Reis, Cleuma Maria dos Santos Moraes

Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Max Nicola Gonçalves Lucio

Convidados: Fernanda Ferreira Araújo, Juliana Marques de Lima, Najila Thomaz de Souza.

Pauta:

1 - Revisão da Instrução Normativa 03/SMADS/2018

Objetivo/ Justificativa: SMADS encaminha minuta da proposta de revisão da IN03/SMADS/2018 para conhecimento e informa que a referida minuta será colocada em Consulta Pública. A coordenação de CGPAR propõe sua participação na reunião do GT da IN03 para diálogo e apresentação da proposta e sugere as datas dos dias 18/09/2023 ou 25/09/2023, conforme disponibilidade do COMAS. SEI 6024.2023/0009995-5.

Encaminhamentos da Comissão: Análise do ofício enviado para SMADS e retorno da Secretaria quanto à publicização da Minuta da proposta da Revisão da IN3 e publicização da Consulta Pública em andamento. Conselheira Solange reforça que a consulta foi direcionamento da SMADS sem conhecimento do COMAS. O GT já encaminhou para o Ministério Público toda a documentação analisada e, protocolada pelo COMAS na audiência durante a pandemia. SMADS fará uma apresentação dia 25/09/2023 para o COMAS, mas precisa discutir a metodologia para isso. Por fim o GT decidiu por: Manter a reunião de 25/09 às 13h30, do GT da IN 3 convidando a SMADS para apresentação da minuta divulgada, para este Grupo de Trabalho; Solicitar prorrogação de prazo da Consulta Pública até 18/10 visto que temos audiências públicas da Portaria 46 em andamento e eleição do Conselho Tutelar que mobiliza a base; e pactuar a leitura da minuta e análise entre o grupo de trabalho da IN do COMAS para comparar o que foi acatado ou não dentro da minuta apresentada.

Coordenação: Solange Cristina Castro Sampaio

Relatoria: Regina Conceição da Paixão Gomes



Gessiane Sayuri Nogueira Kudo
Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social
Em 19/10/2023, às 14:09.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **091999569** e o código CRC **029E8494**.

Referência: Processo nº 6024.2023/0001878-5

SEI nº 091999569